



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Riachuelo, 115 - Bairro Sé - CEP 01007-904 - São Paulo - SP - www.mpsp.mp.br

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 15583766/2025

OBSERVAÇÃO:

O LICITANTE DEVE ATENTAR PARA A ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO CONSTANTE DO EDITAL E NÃO PARA A DESCRIÇÃO DO ITEM DO PREGÃO NO “COMPRAS.GOV.BR”.

É DE RESPONSABILIDADE DO CADASTRADO CONFERIR A EXATIDÃO DOS SEUS DADOS CADASTRAIS NOS SISTEMAS E MANTÊ-LOS ATUALIZADOS JUNTO AOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA INFORMAÇÃO, DEVENDO PROCEDER, IMEDIATAMENTE, À CORREÇÃO OU À ALTERAÇÃO DOS REGISTROS TÃO LOGO IDENTIFIQUE INCORREÇÃO OU AQUELES QUE SE TORNEM DESATUALIZADOS.

PREGÃO ELETRÔNICO 90.031/2025

CONTRATANTE (UASG)
(956520)

OBJETO
Contratação de seguro para 177 (cento e setenta e sete) veículos da frota.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 382.092,52

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 30/07/2025 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço global

MODO DE DISPUTA:
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
Não

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.031/2025

Torna-se público que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, por meio do sistema de compras eletrônico do Governo Federal Compras.gov.br, por intermédio da Comissão de Contratação, sediada à Rua Senador Feijó, 176, 8º andar- salas 812/813 – Centro – São Paulo/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, da Resolução n.º 1.782/2024 – PGJ, de 30 de janeiro de 2024, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação do serviço **de seguro para veículos pertencentes à frota desta Instituição tendo cobertura destinada a 177 (cento e setenta e sete) veículos** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 177 (cento e setenta e sete) itens, conforme constante do Anexo I – Termo de Referência deste edital, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis,

as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual – MEI.

2.6. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

2.6.1. Para o item único, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. pessoa física;

2.7.3. pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.4. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.6. pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.7. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.8. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, associações ou cooperativas;

2.7.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.10. A vedação de que trata o item 2.7.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens subsequentes.

3.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas acima, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.4.4. Na hipótese em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 a 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta no sistema eletrônico em conformidade ao objeto licitado e ao critério de julgamento já estabelecido neste edital.

4.2. O envio da proposta vinculará o licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

4.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

4.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

4.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.8. Os valores deverão ser calculados com duas casas decimais.

4.9. No valor proposto deverão estar incluídos todos os tributos, fretes, taxas e demais custos necessários à prestação do serviço objeto desta licitação.

4.10. Os preços ofertados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional e apurados na data de sua apresentação, sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

4.11. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

4.12. Na formulação da proposta de preços, o licitante deverá computar todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que estiver sujeita.

4.13. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no edital e seus anexos.

4.14. É responsabilidade de cada licitante observar a tributação aplicável ao seu caso.

4.15. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 50,00 (cinquenta reais).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.16.1. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Em relação a objeto não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetuada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
- 5.19.2.2. empresas brasileiras;
- 5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.19.2.5. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido

para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme modelo constante do Anexo III, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.4.1. Deverão ser indicadas no modelo de proposta (Anexo III) as seguintes informações do licitante e todos os representantes:

5.20.4.1.1. Da empresa:

- a) Número do CNPJ;
- b) Razão Social;
- c) Endereço completo;
- d) Telefone(s) comercial; e
- e) E-mail comercial.

5.20.4.1.2. Do(s) representante(s):

- a) N° do CPF;
- b) Nome completo;
- c) E-mail;
- d) Telefone;
- e) Se é sócio administrador.

5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

5.20.6. É vedada, nas negociações, a oferta, pelo licitante, de vantagens não previstas no edital ou que dependam de contrapartidas ou assunção de obrigações pela administração.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.22. A aceitabilidade dos preços unitários máximos será aferida a partir dos valores de mercado vigentes, apurados mediante pesquisa realizada por este Ministério Público, juntada aos autos.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

6.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

6.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

6.2. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 3.4 deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.5.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.5.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 6.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 7.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. conter vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

- 6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.7. Identificados indícios de inexecução da proposta apresentada pelo primeiro colocado, o pregoeiro, antes de iniciar as negociações, deverá solicitar que o licitante comprove a exequibilidade.
- 6.8. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços ou outra espécie de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados abaixo, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021:

7.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.2.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede (art. 66 da Lei nº 14.133, de 2021);

7.2.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> (art. 66 da Lei nº 14.133, de 2021);

7.2.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores (art. 66 da Lei nº 14.133, de 2021);

7.2.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020 (art. 66 da Lei nº 14.133, de 2021);

7.2.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores (art. 66 da Lei nº 14.133, de 2021);

7.2.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz (art. 66 da Lei nº 14.133, de 2021);

7.2.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

7.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (art. 68, inciso I, da Lei nº 14.133/21);

7.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional (art. 68, inciso III, da Lei nº 14.133/21);

7.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (art. 68, inciso IV, da Lei nº 14.133/21);

7.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (art. 68, inciso V, da Lei nº 14.133/21);

7.2.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (art. 68, inciso II, da Lei nº 14.133/21);

7.2.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre (art. 68, inciso III, da Lei nº 14.133/21);

7.2.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei (art. 68, inciso III, da Lei nº 14.133/21);

7.2.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

7.2.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, ou de sociedade simples (art. 69 da Lei nº 14.133/21);

7.2.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - (art. 69, inciso II, da Lei n.º 14.133/21);

7.2.3.2.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

7.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.2.4.1. Prova de registro ou inscrição junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

7.2.4.2. Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste certame, por meio de apresentação de Atestado(s) ou Certidão(ões), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente em nome da licitante, no(s) qual(ais) se comprove(m), no mínimo, a execução de 50% do objeto da licitação.

7.2.4.3. A comprovação a que se refere o item 7.2.4.2 poderá ser efetuada pelo somatório das quantidades realizadas em tantos atestados ou certidões quanto dispuser a licitante.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.3.1. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

7.3.2. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

7.3.3. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória 2.200-2, de 24/08/2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o eventual envio de documentos originais e/ou cópias autenticadas.

7.3.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento dos requisitos de habilitação, mediante apresentação dos documentos originais não-digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital, ou ainda quando a lei expressamente o exigir.

7.3.5. Poderão ser aceitos, para fins de habilitação, os documentos cuja emissão for possível via acesso ao respectivo sítio da "internet", mediante confirmação pelos agentes públicos que atuam na licitação.

7.3.6. O Ministério Público não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem deste Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):

7.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

- 7.17. A disciplina da adjudicação, da homologação e da contratação encontra-se no item 14 deste Edital.
- 7.18. Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.
- 7.19. As certidões apresentadas serão consideradas válidas pelo período de 180 (cento e oitenta) dias da data de expedição, na hipótese de não constar prazo de validade no documento.
- 7.20. As certidões Positivas com efeito de Negativas terão o mesmo efeito de Certidões Negativas.
- 7.21. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente edital.
- 7.22. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.23. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.
- 7.24. Outras comprovações:
- 7.24.1. Modelo de Elaboração Independente de Proposta e Atuação Conforme ao Marco Legal Anticorrupção, conforme ANEXO IV;
- 7.24.2. Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme ANEXO VI;
- 7.24.3. Declaração para fins de atendimento ao artigo 4º, § 2º, da lei N.º 14.133/2021, conforme ANEXO VIII;
- 7.24.4. Declaração Unificada Exigida para Habilitação, conforme ANEXO IX.

8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. As razões de recurso e as contrarrazões serão oferecidas, por meio eletrônico, no sítio www.gov.br/compras.
- 8.9. Se houver a necessidade de apresentação de documentos, atinentes ao recurso ou às contrarrazões, que não puderem ser oferecidos no ambiente eletrônico, deverão ser apresentados mediante protocolo, no endereço Rua Senador Feijó, 176, 8º andar- salas 812/813 – Centro – São Paulo, observados, observado o prazo de 3 (três) dias úteis.
- 8.10. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.11. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.12. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, por meio do Sistema SEI do MPSP, mediante prévia solicitação, bem como bem como será assegurada vista imediata dos autos, no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja, Rua Senador Feijó, 176, 8º andar- salas 812/813 – Centro – São Paulo.
- 8.13. A falta da manifestação imediata e motivada do licitante, importará a decadência do direito de recurso e o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação e homologação.
- 8.14. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 9.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 9.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 9.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 9.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando :
- 9.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 9.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

- 9.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 9.1.6. não celebrar a contratação ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 9.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado ;
- 9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato ;
- 9.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 9.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. advertência;
- 9.2.2. multa;
- 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, conforme Resolução nº 308/2003 - P.G.J., de 18 de março de 2003, alterada pela Resolução nº 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024 e aplicada após regular processo administrativo.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.
- 9.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no subitem 9.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 9.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6 e 9.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 9.1.8, 9.1.9, 9.1.10, 9.1.11 e 9.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos subitens 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6 e 9.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 9.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no subitem 9.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 9.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
- 9.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- 9.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos

ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

9.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail pregao@mpsp.mp.br.

10.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

10.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet <http://www.gov.br/compras>, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

10.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

10.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

11. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1. O recebimento provisório e definitivo do objeto contratual deve ser realizado na forma do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Os prazos e métodos para o recebimento provisório e definitivo estão definidos no Anexo I – Termo de Referência.

12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. Os prazos, forma e condições de pagamento estão definidos no Anexo I – Termo de Referência.

12.2. A Contratada não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo do contrato

13. DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

13.1. As regras relativas à fiscalização e à gestão do contrato estão disciplinadas em tópico específico do Anexo I – Termo de Referência e do Anexo II – Minuta de Termo de Contrato.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo II.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no subitem anterior por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 6.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio do Sistema Eletrônico Informações – SEI, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.2.4. Para a assinatura do Termo de Contrato, a adjudicatária deverá efetuar o cadastro de seu(s) representante(s) legal(is) junto ao Sistema SEI do MPSP, através do link: https://wwwj.mpsp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0

14.2.2.5. O cadastro também poderá ser efetuado por meio do portal eletrônico institucional do MPSP, isto é, "www.mpsp.mp.br" (ir até o campo "Itens úteis", situado na parte inferior da página principal; em seguida, clicar em "sei! Sistema Eletrônico de Informações"; por fim, clicar em "ACESSO AO SEI USUÁRIO EXTERNO").

14.2.2.6. O Sistema SEI do MPSP também será utilizado para fins de remessa de qualquer notificação oriunda deste MPSP. Havendo alteração de qualquer informação constante do cadastro efetuado junto ao Sistema SEI do MPSP, a contratada deverá atualizar o cadastro, sob pena de ser considerado o cadastro existente no momento do envio da notificação.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.9. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.9.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.9.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.gov.br/compras>.

14.11. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.14. Caberá às partes observar, no tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, com o propósito de atender à execução e acompanhamento do objeto contratado, todas as normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie, em especial a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

14.15. Das sessões públicas de processamento da licitação será lavrada ata circunstanciada, a ser assinada pelo(a) Pregoeiro(a) e pela equipe de apoio.

14.16. Será mantido sigilo quanto a identidade dos licitantes, para o(a) Pregoeiro(a) até a etapa de negociação com o(a) autor(a) da melhor oferta e para os demais, até a etapa de habilitação.

14.17. O resultado do presente certame e demais atos pertinentes a esta licitação serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e nos sítios eletrônicos www.mpsp.mp.br e <http://www.gov.br/compras>.

14.18. Os licitantes deverão atentar para as disposições constantes da Resolução CNMP nº 86, de 21 de março de 2012, ou por qualquer outra que venha a substituí-la, em especial às determinações indicadas em seu art. 5º, II, "e" e "n".

14.19. Os licitantes deverão atender prontamente às solicitações do Ministério Público do Estado de São Paulo, sempre que necessário, a fim de dar cumprimento à Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público acima mencionada.

14.20. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.20.1. ANEXO I – Termo de Referência;

14.20.1.1. ANEXO I.1 – Estudo Técnico Preliminar

14.20.2. ANEXO II – Modelo de Termo de Contrato

14.20.3. ANEXO III - Modelo de Planilha de Proposta

14.20.4. ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO, EM ATENDIMENTO À LEI FEDERAL Nº 12.846/2013 E AO DECRETO ESTADUAL N.º 69.588/2025;

14.20.5. ANEXO V - RESOLUÇÃO Nº 37, DE 28 DE ABRIL DE 2009

- 14.20.6. ANEXO VI - Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- 14.20.7. ANEXO VII - RESOLUÇÃO Nº 308/2003 - P.G.J., DE 18 DE MARÇO DE 2003,ALTERADA PELA RESOLUÇÃO Nº 1.780/2024-PGJ, DE 30 DE JANEIRO DE 2024;
- 14.20.8. ANEXO VIII - DECLARAÇÃO PARA FINS DE ATENDIMENTO AO ARTIGO 4º, § 2º, DA LEI N.º14.133/2021
- 14.20.9. ANEXO IX - Declaração Unificada Exigida para Habilitação.

São Paulo, 14 de julho de 2025.

DÊNIS FÁBIO MARSOLA
Promotor de Justiça
Diretor-Geral

ANEXO I

Termo de Referência 41/2025

Informações Básicas

Número do artefato 41/2025
UASG 956520-ESP-MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SAO PAULO
Editado por GISELI NUNES PEREIRA
Atualizado em 03/07/2025 21:01 (v 8.0)
Status ASSINADO

Outras informações
Categoria V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado
Número da Contratação
Processo Administrativo 29.0001.0038315.2025-84

1. Definição do objeto

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação do serviço de seguro para veículos pertencentes à frota desta Instituição tendo cobertura destinada a 177 (cento e setenta e sete) veículos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| QTDE | MARCA | MODELO | ANO FABRICAÇÃO/MODELO | CASCO |
|------|-------|------------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------------------------------------|
| 2 | VW | Modelo Gol 1.6, 5 portas, flex, c/ ar | 2007/2008 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | VW | Modelo Kombi Furgão 1.4, Flex | 2009/2010 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | FIAT | Modelo Idea Essence 1.6, 5 portas, Flex | 2011/2011 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | FIAT | Modelo Doblô Furgão Cargo 1.4 Flex | 2011/2011 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | FIAT | Modelo Doblô Furgão Cargo 1.4 Flex | 2011/2012 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | FIAT | Modelo Microônibus Ducato Combinato 2.3, 09 lugares, diesel c/ar | 2011/2011 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | FORD | Modelo Fiesta Sedan 1.6, 5 portas, Flex | 2011/2011 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | GM | Modelo Astra Sedan Advantage 2.0, 5 portas, flex | 2011/2011 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |

| | | | | |
|----|---------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-------------------------------------------|
| 2 | GM | Modelo Corsa Maxx 1.4, 5 portas, flex | 2011/2011 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | GM | Modelo Caminhonete S10 Colina D 4x4, 2.8 diesel | 2008/2008 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | GM | Modelo Vectra Sedan Elegance 2.0, 5 portas, Flex | 2011/2011 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | FORD | Modelo Caminhão carroceria fechada com plataforma elevatória, modelo Cargo 1722 E potência 5.8 CC, Diesel | 2009/2009 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | IVECO | Modelo Caminhão Tector carroceria fechada, modelo Attack CC 4815, com plataforma elevatória e baú, diesel | 2017/2018 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | IVECO | Modelo Caminhão carroceria fechada, modelo Daily 55C16 CS 2.998 cc, 155 cv, diesel | 2009/2010 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 9 | FIAT | Modelo Uno drive 1.0 Flex 5 portas flex c/ ar | 2019/2020 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 5 | FIAT | Modelo Cronos Precision 1.8, flex | 2019/2020 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 5 | RENAULT | Modelo Duster Expression 1.6 Flex | 2019/2020 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 10 | PEUGEOT | Modelo Partner 1.6 flex | 2019/2020 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 25 | FIAT | Modelo Hatchback, modelo uno evolution 1.4, flex, 5 portas | 2018/2018 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 5 | FIAT | Modelo tipo furgão, Fiorino 1.4, flex, 2 portas com ar | 2017/2018 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 7 | GM | Modelo Spin LT 1.8, 05 lugares | 2018/2018 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | PEUGEOT | Modelo 408 Griffé THP, 16. Flex - automático | 2017/2018 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | FIAT | Modelo caminhonete Toro Freedom 2.0 4x4 diesel | 2017/2018 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | RENAULT | Modelo Master Executive 16 lugares | 2018/2019 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | RENAULT | Modelo Master tipo Furgão | 2018/2019 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 14 | FIAT | Tipo Sedan Modelo Línea ESSENCE 1.8 16 V FLEX Procedência Nacional, Potência 130 (G)/132 (E), 05 Portas Cor cinza Scandium, c/ar | 2013/2014 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 3 | FIAT | Tipo Sedan Modelo Línea ESSENCE 1.8 16 V FLEX Procedência Nacional, Potência 130 (G)/132 (E), 05 Portas Cor cinza Scandium, c/ar | 2014/2014 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 5 | FIAT | Veículo automotor, tipo hatchback, Bicomcombustível, cor cinza, , modelo Fiat Uno Evolution 1.4 | 2016/2016 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 8 | FIAT | Veículo automotor, tipo minivan, Bicomcombustível, cor branca, Fiat / Fiorino 1.4 | 2016/2016 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | FIAT | Veículo automotor, tipo sedan, Bicomcombustível, cor cinza, Fiat/Línea Essence, | 2015/2016 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |

| | | | | |
|----|---------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-------------------------------------------|
| 9 | FORD | Tipo Hatchback Modelo Ford Fiesta ROCAN 1.6 FLEX Procedência Nacional, Potência 101 (G)/107 (E), 05 Portas Cor Prata, c/ar | 2014/2014 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 3 | GM | Tipo Mini Van Modelo Spin LTZ 1.8L FLEX Procedência Nacional Potência Mínima 106 CV 05 Portas Cor Prata Acomoda 07 (sete) passageiros, c/ar | 2014/2015 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | GM | Tipo caminhonete Modelo Montana LS 1.4 FLEX | 2015/2016 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | RENAULT | Tipo Furgão Pequeno Modelo Renault Kangoo Express 1.6L 16V FLEX Procedência Nacional Potência Mínima 80 CV 04 Portas Cor Branca, c/ar | 2014/2015 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | RENAULT | Tipo Furgão Cargo Grande Modelo Master Furgão 2.3L DIESEL Procedência Nacional Zero Quilômetro Potência 130 CV 04 Portas Cor Branca, c/ar | 2014/2015 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 3 | VW | Tipo Pick up Modelo Amarok 2.0 Bi Turbo DIESEL Cabine Dupla Procedência Importada, Potência 180 CV, 04 Portas Cor cinza, c/ar 4x4 | 2013/2014 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | VW | Veículo automotor, tipo minivan, bicomustível, cor cinza, VW/Novo Spacefox CL | 2015/2016 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | VW | Veículo automotor, tipo caminhonete, (pick up), cabine dupla, combustível, diesel, cor cinza, VW Amarok CD 4x4 S | 2016/2016 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | FIAT | Ducato-Cargo 2011/2012 diesel c/ar | 2011/2012 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | FORD | FOCUS 2.0L, flex 5 portas c/ ar | 2011/2012 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 4 | FIAT | PALIO 1.4 atractiv 1.4, flex 5 portas c/ ar | 2011/2012 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | VW | VOYAGE 1.0, flex 5 portas c/ ar | 2011/2011 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | GM | SPIN 1.8, flex 5 portas c/ar | 2013/2013 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 5 | VW | Saveiro, flex, c/ ar | 2023/2023 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | VW | PARATI, flex 5 portas c/ ar | 2008/2009 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | FORD | FOCUS, flex 5 portas c/ar | 2018/2018 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | FIAT | LINEA, flex, c/ ar | 2013/2014 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 14 | FIAT | ARGO Drive 1.0, 5 portas, flex, com ar | 2023/2024 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.3. O prazo de vigência contratual será de 16 (dezesesseis) meses contados a partir da data da assinatura do contrato pelo último signatário. o prazo de vigência engloba a somatória de todas as vigências das apólices pretendidas, conforme escalonamento constante da tabela do item 5 do anexo i –termo de referência, as quais deverão ser emitidas no 1º dia útil seguinte à data de término das vigências indicadas na tabela do item 5 do anexo i –termo de referência, visando à manutenção da cobertura securitária dos veículos, na forma do artigo 105 da lei federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

1.4. Os prazos de execução e de vigência poderão ser prorrogados, mediante expressa manifestação de vontade das partes, formalizada por termo de aditamento, no caso de comprovada necessidade da Administração, observando-se o disposto na RESOLUÇÃO N.º 308/2003 – P.G.J., DE 18 DE MARÇO DE 2003, alterada pela RESOLUÇÃO N.º 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024.

1.5. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do contratado:

1.5.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

1.5.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

2. Fundamentação da contratação

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação objeto do presente Termo de Referência visa proporcionar o atendimento das demandas da Diretoria de Transportes e Logística do MPSP e da Escola Superior do MPSP. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

2.2. A contratação se faz necessária como meios para preservação do patrimônio desta instituição.

2.3. A unificação dos seguros contratados, também praticada por outros órgãos, acarretará a diminuição do gasto administrativo com a movimentação, controle e gerenciamento, trazendo mais eficácia da contratação do serviço, fiscalização, competitividade e ainda na agilidade na instrução de um único processo, tendo em vista as novas alterações advindas com a lei 14.133/21. O ETP evidencia que a contratação mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente, sendo viável a contratação pretendida.

3. Descrição da solução

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução que melhor atende às necessidades da Administração é a instauração de processo administrativo do tipo licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável.

3.2. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, conforme abaixo elencados:

3.2.1 As indicações sobre os números das placas dos veículos serão prestadas à futura contratada pela Diretoria de Transportes e Logística, após a homologação do certame.

3.2.2. A cobertura do seguro dar-se-á pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da data da emissão das apólices, destacando que a emissão e a vigência, por sua vez, deverão observar as datas do término das vigências das apólices constante do quadro presente no Termo de Referência - Anexo I do Edital, visando à manutenção da cobertura securitária dos veículos e deverá cobrir:

a) Casco, contra roubo, furto, incêndio, colisão, enchente com o veículo e terceiros, quebra de para-brisa e vidros;

b) Assistência 24 horas, compreendido: guincho (quilometragem livre), socorro mecânico;

c) Cobertura para danos corporais, materiais e morais.

3.3 O seguro dos veículos deverá ser na modalidade SEM PERFIL VISTO.

3.4. A franquia será a obrigatória e corresponde ao valor pago pelo CONTRATANTE na retirada do veículo na oficina e em cada ocorrência de sinistro coberto pela apólice, exclusivamente em casos de perda parcial.

3.4.1 A franquia não será objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);

3.4.2. Os valores das franquias deverão ser o cálculo básico da seguradora.

3.4.3. Em caso de sinistro, o valor referente à franquia será pago pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, exclusivamente, à CONTRATADA, afastando-se a possibilidade de pagamentos a terceiros, ainda que conveniados com a licitante vencedora.

3.5. Caso haja necessidade, poderão as licitantes vistoriar os veículos descritos no ANEXO 1, agendando previamente através do e-mail rinaldosantos@mpsp.mp.br com o Senhor Rinaldo Santos, na Diretoria de Transportes e Logística, localizada na Rua Frederico Steidel, 120, Santa Cecília, São Paulo (SP). A vistoria poderá ser realizada até o dia útil anterior a data da realização da licitação.

3.5.1. A Administração não fornecerá atestado de vistoria.

3.6. Deverão ser considerados os seguintes valores:

- Valor segurado para danos corporais R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

- Valor segurado para danos materiais R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

- Valor segurado para danos morais R\$ 50.000,00 (trinta mil reais)

3.7. O regime de execução é o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

3.8. Deverá ser considerado a cobertura adicional para plataforma elevatória para Caminhão Tector 170E21 ATTACK CC 4815, IVECO, ano 2017/2018 no valor de R\$ 50.000,00.

3.9 . Deverá ser considerado também a cobertura adicional para Baú Duralumínio para Caminhão Tector 170E21 ATTACK CC 4815, IVECO, ano 2017/2018 no valor de R\$ 30.000,00.

3.10. Deverá ser considerado também a cobertura adicional para Baú Duralumínio para o Modelo Caminhão carroceria fechada, ano 2009/2010, modelo Daily 55C16 CS 2.998 cc, 155 cv, diesel no valor de R\$ 25.000,00.

3.11. Deverá ser considerado também a cobertura adicional para o Baú Duralumínio para o Modelo Caminhão carroceria fechada, ano 2009/2009, modelo Cargo 1722 E potência 5.8 CC, Diesel, no valor de R\$ 35.000,00.

4. Requisitos da contratação

O objeto a ser licitado não possui natureza continuada e visa a contratação de empresa para seguro de cento e setenta e sete veículos oficiais pertencentes à frota do Ministério Público do Estado de São Paulo, com os seguintes requisitos, fundamentais para garantir a continuidade dos serviços prestados pela instituição.

4.1 As indicações sobre os números das placas dos veículos serão prestadas à futura contratada pela Diretoria de Transportes e Logística, após a homologação do certame.

4.2. A cobertura do seguro dar-se-á pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da data da emissão da apólice, a qual, por sua vez, deverá ser emitida no 1º dia útil seguinte à assinatura eletrônica do último signatário do contrato, e deverá cobrir:

- a) Casco, contra roubo, furto, incêndio, colisão, enchente com o veículo e terceiros, quebra de para-brisa e vidros;
- b) Assistência 24 horas, compreendido: guincho (quilometragem livre), socorro mecânico;
- c) Cobertura para danos corporais, materiais e morais.

4.2.1 O seguro dos veículos deverá ser na modalidade SEM PERFIL VISTO.

4.2.2 A franquia será a obrigatória e corresponde ao valor pago pelo CONTRATANTE na retirada do veículo na oficina e em cada ocorrência de sinistro coberto pela apólice, exclusivamente em casos de perda parcial.

4.2.2.1 A franquia não será objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);

4.2.2.2. Os valores das franquias deverão ser o cálculo básico da seguradora.

4.2.2.3. Em caso de sinistro, o valor referente à franquia será pago pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, exclusivamente, à CONTRATADA, afastando-se a possibilidade de pagamentos a terceiros, ainda que conveniados com a licitante vencedora.

4.3 Casoo haja necessidade, poderão as licitantes vistoriar os veículos descritos no ANEXO 1, agendando previamente através do e-mail rinaldosantos@mpsp.mp.br com o Senhor Rinaldo Santos, na Diretoria de Transportes e Logística, localizada na Rua Frederico Steidel, 120, Santa Cecília, São Paulo (SP). A vistoria poderá ser realizada até o dia útil anterior a data da realização da licitação

4.3.1 A Administração não fornecerá atestado de vistoria.

4.4 Deverão ser considerados os seguintes valores:

- Valor segurado para danos corporais R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
- Valor segurado para danos materiais R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
- Valor segurado para danos morais R\$ 50.000,00 (trinta mil reais)

4.5 O regime de execução é o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

4.6 Deverá ser considerado a cobertura adicional para plataforma elevatória para Caminhão Tector 170E21 ATTACK CC 4815, IVECO, ano 2017/2018 no valor de R\$ 50.000,00.

4.7 Deverá ser considerado também a cobertura adicional para Baú Duralumínio para Caminhão Tector 170E21 ATTACK CC 4815, IVECO, ano 2017/2018 no valor de R\$ 30.000,00.

4.8. Deverá ser considerado também a cobertura adicional para Baú Duralumínio para o Modelo Caminhão carroceria fechada, ano 2009/2010, modelo Daily 55C16 CS 2.998 cc, 155 cv, diesel no valor de R\$ 25.000,00.

4.9. Deverá ser considerado também a cobertura adicional para o Baú Duralumínio para o Modelo Caminhão carroceria fechada, ano 2009/2009, modelo Cargo 1722 E potência 5.8 CC, Diesel, no valor de R\$ 35.000,00.

Sustentabilidade:

4.10 Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada .

4.11 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.12 Não haverá exigência da garantia da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 A emissão e a vigência das apólices deverão observar as datas do término das vigências das apólices constante do quadro presente no Termo de Referência - Anexo I do Edital, visando à manutenção da cobertura securitária dos veículos.

5.1.2 As apólices serão recebidas pela Diretoria de Transportes e Logística, localizada na Rua Dr. Frederico Steidel, 120 – Vila Buarque – CEP 01225-030 das 09h00 às 19h00, aos cuidados do Sr. Rinaldo Martins dos Santos - Diretor ou via e-mail: rinaldosantos@mpsp.mp.br.

Obrigações e Responsabilidades da Contratante e Contratada

5.2 As Obrigações e Responsabilidades da Contratante e Contratada estão definidas, respectivamente, nas Cláusulas Oitava e Nona do Anexo II - Termo de Contrato.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.3 A demanda consiste na contratação de seguro total para cobertura dos veículos pertencentes a frota oficial do MPSP e tem como base as seguintes características e veículos a serem segurados:

| No. | MARCA | MODELO | ANO FABRICAÇÃO/MODELO | CHASSIS | Seguradora Atual | Data de término da vigência da apólice | Bônus vigente | SINISTRO | CASCO |
|-----|-------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|-------------------|---------------------|-------------------------------------------------|------------------|----------|-------------------------------------------|
| 1 | VW | Modelo Gol 1.6, 5 portas, flex, c/ ar | 2007/2008 | 9BWC05W28T130012 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | VW | Modelo Gol 1.6, 5 portas, flex, c/ ar | 2007/2008 | 9BWC05WX8T129724 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 3 | VW | Modelo Kombi Furgão 1.4, Flex | 2009/2010 | 9BWNF07X3AP018675 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 4 | FIAT | Modelo Idea Essence 1.6, 5 portas, Flex | 2011/2011 | 9BD13571AB2175419 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 5 | FIAT | Modelo Idea Essence 1.6, 5 portas, Flex | 2011/2011 | 9BD13571AB2175401 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 6 | FIAT | Modelo Doblô Furgão Cargo 1.4 Flex | 2011/2011 | 9BD223153B2021501 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 7 | FIAT | Modelo Doblô Furgão Cargo 1.4 Flex | 2011/2011 | 9BD223153B2021517 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 8 | FIAT | Modelo Doblô Furgão Cargo 1.4 Flex | 2011/2012 | 9BD223153C2022609 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 9 | FIAT | Modelo Doblô Furgão Cargo 1.4 Flex | 2011/2012 | 9BD223153C2022668 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 10 | FIAT | Modelo Microônibus Ducato Combinato 2.3, 09 lugares, diesel c/ar | 2011/2011 | 93W244K24B2073188 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 11 | FORD | Modelo Fiesta Sedan 1.6, 5 portas, Flex | 2011/2011 | 9BFZF55POB8173133 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 12 | GM | Modelo Astra Sedan Advantage 2.0, 5 portas, flex | 2011/2011 | 9BGT69JOBB271276 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 13 | GM | Modelo Corsa Maxx 1.4, 5 portas, flex | 2011/2011 | 9BGXH68XOBC213484 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 14 | GM | Modelo Corsa Maxx 1.4, 5 portas, flex | 2011/2011 | 9BGXH68XOBC212174 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 15 | GM | Modelo Caminhonete S10 Colina D 4x4, 2,8 diesel | 2008/2008 | 9BG138JJ08C428460 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 16 | GM | Modelo Caminhonete S10 Colina D 4x4, 2,8 diesel | 2008/2008 | 9BG138JJ08C427037 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 17 | GM | Modelo Vectra Sedan Elegance 2.0, 5 portas, Flex | 2011/2011 | 9BGAB69JOBB268597 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 18 | GM | Modelo Vectra Sedan Elegance 2.0, 5 portas, Flex | 2011/2011 | 9BGAB69JOBB269242 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 19 | FORD | Modelo Caminhão carroceria fechada com plataforma elevatória, modelo Cargo 1722 E potência 5.8 CC, Diesel | 2009/2009 | 9BFYCE7V29BB30722 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |

| | | | | | | | | | |
|----|---------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-------------------|------------------|------------|---|-----|-------------------------------------------|
| 20 | IVECO | Modelo Caminhão Tector carroceria fechada, modelo Attack CC 4815, com plataforma elevatória e baú, diesel | 2017/2018 | 93ZA01RF0J8932634 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 21 | IVECO | Modelo Caminhão carroceria fechada, modelo Daily 55C16 CS 2.998 cc, 155 cv, diesel | 2009/2010 | 93ZC53B01A8413832 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 22 | FIAT | Modelo Uno drive 1.0 Flex 5 portas flex c/ ar | 2019/2020 | 9BD195B4NL0882855 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 23 | FIAT | Modelo Uno drive 1.0 Flex 5 portas flex c/ ar | 2019/2020 | 9BD195B4NL0883314 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 24 | FIAT | Modelo Uno drive 1.0 Flex 5 portas flex c/ ar | 2019/2020 | 9BD195B4NL0883854 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 25 | FIAT | Modelo Uno drive 1.0 Flex 5 portas flex c/ ar | 2019/2020 | 9BD195B4NL0883903 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 26 | FIAT | Modelo Uno drive 1.0 Flex 5 portas flex c/ ar | 2019/2020 | 9BD95B4NL0883939 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 27 | FIAT | Modelo Uno drive 1.0 Flex 5 portas flex c/ ar | 2019/2020 | 9BD195B4NL0883954 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 28 | FIAT | Modelo Uno drive 1.0 Flex 5 portas flex c/ ar | 2019/2020 | 9BD195B4NL0883980 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 29 | FIAT | Modelo Uno drive 1.0 Flex 5 portas flex c/ ar | 2019/2020 | 9BD195B4NL0883992 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 30 | FIAT | Modelo Uno drive 1.0 Flex 5 portas flex c/ ar | 2019/2020 | 9BD195B4NL0884036 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 31 | FIAT | Modelo Cronos Precision 1.8, flex | 2019/2020 | 8AP359A23LU069939 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 32 | FIAT | Modelo Cronos Precision 1.8, flex | 2019/2020 | 8AP359A23LU075473 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 33 | FIAT | Modelo Cronos Precision 1.8, flex | 2019/2020 | 8AP359A23LU076321 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 34 | FIAT | Modelo Cronos Precision 1.8, flex | 2019/2020 | 8AP359A23LU076384 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 35 | FIAT | Modelo Cronos Precision 1.8, flex | 2019/2020 | 8AP359A23LU069896 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 36 | RENAULT | Modelo Duster Expression 1.6 Flex | 2019/2020 | 93YHSR3H5LJ194748 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 37 | RENAULT | Modelo Duster Expression 1.6 Flex | 2019/2020 | 93YHSR3H5LJ191613 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 38 | RENAULT | Modelo Duster Expression 1.6 Flex | 2019/2020 | 93YHSR3H5LJ194751 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 39 | RENAULT | Modelo Duster Expression 1.6 Flex | 2019/2020 | 93YHSR3H5LJ193388 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 40 | RENAULT | Modelo Duster Expression 1.6 Flex | 2019/2020 | 93YHSR3H5LJ193400 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 41 | PEUGEOT | Modelo Partner 1.6 flex | 2019/2020 | 8AEGCNFN8LG505220 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 42 | PEUGEOT | Modelo Partner 1.6 flex | 2019/2020 | 8AEGCNFN8LG505497 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 43 | PEUGEOT | Modelo Partner 1.6 flex | 2019/2020 | 8AEGCNFN8LG506408 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 44 | PEUGEOT | Modelo Partner 1.6 flex | 2019/2020 | 8AEGCNFN8LG505126 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 45 | PEUGEOT | Modelo Partner 1.6 flex | 2019/2020 | 8AEGCNFN8LG504902 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 46 | PEUGEOT | Modelo Partner 1.6 flex | 2019/2020 | 8AEGCNFN8LG505868 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 47 | PEUGEOT | Modelo Partner 1.6 flex | 2019/2020 | 8AEGCNFN8LG505360 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 48 | PEUGEOT | Modelo Partner 1.6 flex | 2019/2020 | 8AEGCNFN8LG503160 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 49 | PEUGEOT | Modelo Partner 1.6 flex | 2019/2020 | 8AEGCNFN8LG507782 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 50 | PEUGEOT | Modelo Partner 1.6 flex | 2019/2020 | 8AEGCNFN8LG508041 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 51 | FIAT | Modelo Hatchback, modelo uno evolution 1.4, flex, 5 portas | 2018/2018 | 9BD195B6HJ0834467 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |

[illegible]

| | | | | | | | | | |
|----|---------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-------------------|------------------|------------|---|-----|-------------------------------------------|
| 76 | FIAT | Modelo tipo furgão, Fiorino 1.4, flex, 2 portas com ar | 2017/2018 | 9BD2651JHJ9098884 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 77 | FIAT | Modelo tipo furgão, Fiorino 1.4, flex, 2 portas com ar | 2017/2018 | 9BD2651JHJ9098081 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 78 | FIAT | Modelo tipo furgão, Fiorino 1.4, flex, 2 portas com ar | 2017/2018 | 9BD2651JHJ9098334 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 79 | FIAT | Modelo tipo furgão, Fiorino 1.4, flex, 2 portas com ar | 2017/2018 | 9BD2651JHJ9098908 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 80 | FIAT | Modelo tipo furgão, Fiorino 1.4, flex, 2 portas com ar | 2017/2018 | 9BD2651JHJ9098107 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 81 | GM | Modelo Spin LT 1.8, 05 lugares | 2018/2018 | 9BGJB7520JB218184 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 82 | GM | Modelo Spin LT 1.8, 05 lugares | 2018/2018 | 9BGB7520JB223810 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 83 | GM | Modelo Spin LT 1.8, 05 lugares | 2018/2018 | 9BGJB7520JB223307 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 84 | GM | Modelo Spin LT 1.8, 05 lugares | 2018/2018 | 9BGJB7520JB223160 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 85 | GM | Modelo Spin LT 1.8, 05 lugares | 2018/2018 | 9BGJB7520JB218193 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 86 | GM | Modelo Spin LT 1.8, 05 lugares | 2018/2018 | 9BGJB7520JB223001 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 87 | GM | Modelo Spin LT 1.8, 05 lugares | 2018/2018 | 9BGJB7520JB222941 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 88 | PEUGEOT | Modelo 408 Griffé THP, 16. Flex - automático | 2017/2018 | 8AD4D5GVUJG009941 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 89 | PEUGEOT | Modelo 408 Griffé THP, 16. Flex - automático | 2017/2018 | 8AD4D5GVUJG009940 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 90 | FIAT | Modelo caminhonete Toro Freedom 2.0 4x4 diesel | 2017/2018 | 988226125JKB63324 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 91 | RENAULT | Modelo Master Executive 16 lugares | 2018/2019 | 93YMAFEXCKJ279685 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 92 | RENAULT | Modelo Master tipo Furgão | 2018/2019 | 93YMEN4XEKJ244836 | Gente Seguradora | 11/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 93 | FIAT | Tipo Sedan Modelo Línea ESSENCE 1.8 16 V FLEX Procedência Nacional, Potência 130 (G)/132 (E), 05 Portas Cor cinza Scandium, c/ar | 2013/2014 | 9BD1105BDE1565693 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 94 | FIAT | Tipo Sedan Modelo Línea ESSENCE 1.8 16 V FLEX Procedência Nacional, Potência 130 (G)/132 (E), 05 Portas Cor cinza Scandium, c/ar | 2013/2014 | 9BD1105BDE1565701 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 95 | FIAT | Tipo Sedan Modelo Línea ESSENCE 1.8 16 V FLEX Procedência Nacional, Potência 130 (G)/132 (E), 05 Portas Cor cinza Scandium, c/ar | 2013/2014 | 9BD1105BDE1565694 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 96 | FIAT | Tipo Sedan Modelo Línea ESSENCE 1.8 16 V FLEX Procedência Nacional, Potência 130 (G)/132 (E), 05 Portas Cor cinza Scandium, c/ar | 2013/2014 | 9BD1105BDE1565695 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 97 | FIAT | Tipo Sedan Modelo Línea ESSENCE 1.8 16 V FLEX Procedência Nacional, Potência 130 (G)/132 (E), 05 Portas Cor cinza Scandium, c/ar | 2013/2014 | 9BD1105BDE1565697 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 98 | FIAT | Tipo Sedan Modelo Línea ESSENCE 1.8 16 V FLEX Procedência Nacional, Potência 130 (G)/132 (E), 05 Portas Cor cinza Scandium, c/ar | 2013/2014 | 9BD1105BDE1565719 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |

| | | | | | | | | | |
|-----|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-------------------|---------------------|------------|---|-----|-------------------------------------------|
| 99 | FIAT | Tipo Sedan Modelo Línea ESSENCE 1.8 16 V FLEX Procedência Nacional, Potência 130 (G)/132 (E), 05 Portas Cor cinza Scandium, c/ar | 2013/2014 | 9BD1105BDE1565710 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 100 | FIAT | Tipo Sedan Modelo Línea ESSENCE 1.8 16 V FLEX Procedência Nacional, Potência 130 (G)/132 (E), 05 Portas Cor cinza Scandium, c/ar | 2013/2014 | 9BD1105BDE1565742 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 101 | FIAT | Tipo Sedan Modelo Línea ESSENCE 1.8 16 V FLEX Procedência Nacional, Potência 130 (G)/132 (E), 05 Portas Cor cinza Scandium, c/ar | 2013/2014 | 9BD1105BDE1565878 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 102 | FIAT | Tipo Sedan Modelo Línea ESSENCE 1.8 16 V FLEX Procedência Nacional, Potência 130 (G)/132 (E), 05 Portas Cor cinza Scandium, c/ar | 2013/2014 | 9BD1105BDE1565747 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 103 | FIAT | Tipo Sedan Modelo Línea ESSENCE 1.8 16 V FLEX Procedência Nacional, Potência 130 (G)/132 (E), 05 Portas Cor cinza Scandium, c/ar | 2013/2014 | 9BD1105BDE1565791 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 104 | FIAT | Tipo Sedan Modelo Línea ESSENCE 1.8 16 V FLEX Procedência Nacional, Potência 130 (G)/132 (E), 05 Portas Cor cinza Scandium, c/ar | 2013/2014 | 9BD1105BDE1565807 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 105 | FIAT | Tipo Sedan Modelo Línea ESSENCE 1.8 16 V FLEX Procedência Nacional, Potência 130 (G)/132 (E), 05 Portas Cor cinza Scandium, c/ar | 2013/2014 | 9BD1105BDE1565814 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 106 | FIAT | Tipo Sedan Modelo Línea ESSENCE 1.8 16 V FLEX Procedência Nacional, Potência 130 (G)/132 (E), 05 Portas Cor cinza Scandium, c/ar | 2013/2014 | 9BD1105BDE1565743 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 107 | FIAT | Tipo Sedan Modelo Línea ESSENCE 1.8 16 V FLEX Procedência Nacional, Potência 130 (G)/132 (E), 05 Portas Cor cinza Scandium, c/ar | 2014/2014 | 9BD1105BDE1565961 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 108 | FIAT | Tipo Sedan Modelo Línea ESSENCE 1.8 16 V FLEX Procedência Nacional, Potência 130 (G)/132 (E), 05 Portas Cor cinza Scandium, c/ar | 2014/2014 | 9BD1105BDE1565977 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 109 | FIAT | Tipo Sedan Modelo Línea ESSENCE 1.8 16 V FLEX Procedência Nacional, Potência 130 (G)/132 (E), 05 Portas Cor cinza Scandium, c/ar | 2014/2014 | 9BD1105BDE1566317 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 110 | FIAT | Veículo automotor, tipo hatchback, Bicomcombustível, cor cinza, , modelo Fiat Uno Evolution 1.4 | 2016/2016 | 9BD195A7MG0752718 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |

| | | | | | | | | | |
|-----|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-------------------|------------------|------------|---|-----|-------------------------------------------|
| 111 | FIAT | Veículo automotor, tipo hatchback, Bicom bustível, cor cinza, , modelo Fiat Uno Evolution 1.4 | 2016/2016 | 9BD195A7MG0752798 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 112 | FIAT | Veículo automotor, tipo hatchback, Bicom bustível, cor cinza, , modelo Fiat Uno Evolution 1.4 | 2016/2016 | 9BD195A7MG0752921 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 113 | FIAT | Veículo automotor, tipo hatchback, Bicom bustível, cor cinza, , modelo Fiat Uno Evolution 1.4 | 2016/2016 | 9BD195A7MG0753105 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 114 | FIAT | Veículo automotor, tipo hatchback, Bicom bustível, cor cinza, , modelo Fiat Uno Evolution 1.4 | 2016/2016 | 9BD195A7MG0755076 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 115 | FIAT | Veículo automotor, tipo minivan, Bicom bustível, cor branca, Fiat / Fiorino 1.4 | 2016/2016 | 9BD26512MG9056009 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 116 | FIAT | Veículo automotor, tipo minivan, Bicom bustível, cor branca, Fiat / Fiorino 1.4 | 2016/2016 | 9BD26512MG9056008 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 117 | FIAT | Veículo automotor, tipo minivan, Bicom bustível, cor branca, Fiat / Fiorino 1.4 | 2016/2016 | 9BD26512MG9056005 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 118 | FIAT | Veículo automotor, tipo minivan, Bicom bustível, cor branca, Fiat / Fiorino 1.4 | 2016/2016 | 9BD26512MG9055964 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 119 | FIAT | Veículo automotor, tipo minivan, Bicom bustível, cor branca, Fiat / Fiorino 1.4 | 2016/2016 | 9BD26512MG9055957 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 120 | FIAT | Veículo automotor, tipo minivan, Bicom bustível, cor branca, Fiat / Fiorino 1.4 | 2016/2016 | 9BD26512MG9055922 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 121 | FIAT | Veículo automotor, tipo minivan, Bicom bustível, cor branca, Fiat / Fiorino 1.4 | 2016/2016 | 9BD26512MG9055915 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 122 | FIAT | Veículo automotor, tipo minivan, Bicom bustível, cor branca, Fiat / Fiorino 1.4 | 2016/2016 | 9BD26512MG9055911 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 123 | FIAT | Veículo automotor, tipo sedan, Bicom bustível, cor cinza, Fiat/Línea Essence, | 2015/2016 | 9BD1105BSG1577948 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 124 | FIAT | Veículo automotor, tipo sedan, Bicom bustível, cor cinza, Fiat/Línea Essence, | 2015/2016 | 9BD1105BSG1577978 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 125 | FORD | Tipo Hatchback Modelo Ford Fiesta ROCAN 1.6 FLEX Procedência Nacional, Potência 101 (G)/107 (E), 05 Portas Cor Prata, c/ar | 2014/2014 | 9BFZF55P2E8086113 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 126 | FORD | Tipo Hatchback Modelo Ford Fiesta ROCAN 1.6 FLEX Procedência Nacional, Potência 101 (G)/107 (E), 05 Portas Cor Prata, c/ar | 2014/2014 | 9BFZF55P7E8086107 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 127 | FORD | Tipo Hatchback Modelo Ford Fiesta ROCAN 1.6 FLEX Procedência Nacional, Potência 101 (G)/107 (E), 05 Portas Cor Prata, c/ar | 2014/2014 | 9BFZF55P1E8086104 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 128 | FORD | Tipo Hatchback Modelo Ford Fiesta ROCAN 1.6 FLEX Procedência Nacional, Potência 101 (G)/107 (E), 05 Portas Cor Prata, c/ar | 2014/2014 | 9BD1105BDE1565759 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 129 | FORD | Tipo Hatchback Modelo Ford Fiesta ROCAN 1.6 FLEX Procedência Nacional, Potência 101 (G)/107 (E), 05 Portas Cor Prata, c/ar | 2014/2014 | 9BFZF55P1E8090816 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |

| | | | | | | | | | |
|-----|---------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-------------------|---------------------|------------|---|-----|-------------------------------------------|
| 130 | FORD | Tipo Hatchback Modelo Ford Fiesta ROCAN 1.6 FLEX Procedência Nacional, Potência 101 (G)/107 (E), 05 Portas Cor Prata, c/ar | 2014/2014 | 9BFZF55P0E8086109 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 131 | FORD | Tipo Hatchback Modelo Ford Fiesta ROCAN 1.6 FLEX Procedência Nacional, Potência 101 (G)/107 (E), 05 Portas Cor Prata, c/ar | 2014/2014 | 9BFZF55P3E8090803 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 132 | FORD | Tipo Hatchback Modelo Ford Fiesta ROCAN 1.6 FLEX Procedência Nacional, Potência 101 (G)/107 (E), 05 Portas Cor Prata, c/ar | 2014/2014 | 9BFZF55P2E8090811 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 133 | FORD | Tipo Hatchback Modelo Ford Fiesta ROCAN 1.6 FLEX Procedência Nacional, Potência 101 (G)/107 (E), 05 Portas Cor Prata, c/ar | 2014/2014 | 9BFZF55P4E8090812 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 134 | GM | Tipo Mini Van Modelo Spin LTZ 1.8L FLEX Procedência Nacional Potência Mínima 106 CV 05 Portas Cor Prata Acomoda 07 (sete) passageiros, c/ar | 2014/2015 | 9BGJC75ZOE82049 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 135 | GM | Tipo Mini Van Modelo Spin LTZ 1.8L FLEX Procedência Nacional Potência Mínima 106 CV 05 Portas Cor Prata Acomoda 07 (sete) passageiros, c/ar | 2014/2015 | 9BGJC75ZOE8251322 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 136 | GM | Tipo Mini Van Modelo Spin LTZ 1.8L FLEX Procedência Nacional Potência Mínima 106 CV 05 Portas Cor Prata Acomoda 07 (sete) passageiros, c/ar | 2014/2015 | 9BGJB75ZOFB163591 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 137 | GM | Tipo caminhonete Modelo Montana LS 1.4 FLEX | 2015/2016 | 9BGCA8030GB103546 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 138 | GM | Tipo caminhonete Modelo Montana LS 1.4 FLEX | 2015/2016 | 9BGCA8030GB135303 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 139 | RENAULT | Tipo Furgão Pequeno Modelo Renault Kangoo Express 1.6L 16V FLEX Procedência Nacional Potência Mínima 80 CV 04 Portas Cor Branca, c/ar | 2014/2015 | 8A1FC1405FL236532 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 140 | RENAULT | Tipo Furgão Cargo Grande Modelo Master Furgão 2.3L DIESEL Procedência Nacional Zero Quilômetro Potência 130 CV 04 Portas Cor Branca, c/ar | 2014/2015 | 93YMAF4LCFJ368894 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 141 | GM | Tipo Pick up Modelo Amarok 2.0 Bi Turbo DIESEL Cabine Dupla Procedência Importada, Potência 180 CV, 04 Portas Cor cinza, c/ar 4x4 | 2013/2014 | WV1DB42H3EAO15962 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 142 | GM | Tipo Pick up Modelo Amarok 2.0 Bi Turbo DIESEL Cabine Dupla Procedência Importada, Potência 180 CV, 04 Portas Cor cinza, c/ar 4x4 | 2013/2014 | WV1DB42HEAO15918 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 143 | GM | Tipo Pick up Modelo Amarok 2.0 Bi Turbo DIESEL Cabine Dupla Procedência Importada, Potência 180 CV, 04 Portas Cor cinza, c/ar 4x4 | 2013/2014 | WV1DB42H4EAO14352 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 144 | VW | Veículo automotor, tipo minivan, bicomcombustível, cor cinza, VW/Novo Spacefox CL | 2015/2016 | 8AWPB45Z1GA509910 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |

| | | | | | | | | | |
|-----|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-------------------|------------------|------------|---|-----|-------------------------------------------|
| 145 | VW | Veículo automotor, tipo caminhonete, (pick up), cabine dupla, combustível, diesel, cor cinza, VW Amarok CD 4x4 S | 2016/2016 | VW1DD42H5GA030962 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 146 | VW | Veículo automotor, tipo caminhonete, (pick up), cabine dupla, combustível, diesel, cor cinza, VW Amarok CD 4x4 S | 2016/2016 | VW1DD42H0GA030898 | Gente Seguradora | 14/09/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 147 | FIAT | Ducato-Cargo 2011/2012 diesel c/ ar | 2011/2012 | 93W244F14C2089419 | Porto Seguro | 20/11/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 148 | FORD | FOCUS 2.0L, flex 5 portas c/ ar | 2011/2012 | 8AFTZZFFCCJ496286 | Porto Seguro | 20/11/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 149 | FIAT | PALIO 1.4 atractive 1.4, flex 5 portas c/ ar | 2011/2012 | 9BD196272C2010150 | Porto Seguro | 20/11/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 150 | FIAT | PALIO 1.4 atractive 1.4, flex 5 portas c/ ar | 2011/2012 | 9BD196272C2010431 | Porto Seguro | 20/11/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 151 | FIAT | PALIO 1.4 atractive 1.4, flex 5 portas c/ ar | 2011/2012 | 9BD196272C2010325 | Porto Seguro | 20/11/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 152 | FIAT | PALIO 1.4 atractive 1.4, flex 5 portas c/ ar | 2011/2012 | 9BD196272C2010542 | Porto Seguro | 20/11/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 153 | VW | VOYAGE 1.0, flex 5 portas c/ ar | 2011/2011 | 9BWDA05U8BT247896 | Porto Seguro | 20/11/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 154 | GM | SPIN 1.8, flex 5 portas c/ar | 2013/2013 | 9BGJC75Z0DB276155 | Porto Seguro | 20/11/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 155 | VW | Saveiro, flex, c/ ar | 2023/2023 | 9BWL45U6PP072685 | Gente Seguradora | 20/12/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 156 | VW | Saveiro, flex, c/ ar | 2023/2023 | 9BWL45U6PP071228 | Gente Seguradora | 20/12/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 157 | VW | Saveiro, flex, c/ ar | 2023/2023 | 9BWL45U3PP072658 | Gente Seguradora | 20/12/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 158 | VW | Saveiro, flex, c/ ar | 2023/2023 | 9BWL45U3PP072577 | Gente Seguradora | 20/12/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 159 | VW | Saveiro, flex, c/ ar | 2023/2023 | 9BWL45U0PP072651 | Gente Seguradora | 20/12/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 160 | VW | PARATI, flex 5 portas c/ ar | 2008/2009 | 9BWGC05W19T044206 | Porto Seguro | 10/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 161 | FORD | FOCUS, flex 5 portas c/ar | 2018/2018 | 8AFSZZFFCJJ080135 | Porto Seguro | 10/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 162 | FORD | FOCUS, flex 5 portas c/ar | 2018/2018 | 8AFSZZFFCJJ076995 | Porto Seguro | 10/08/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 163 | FIAT | LINEA, flex, c/ ar | 2013/2014 | 9BD1105BDE1565804 | Gente Seguradora | 06/12/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 164 | FIAT | Argo Drive 1.0, 5 portas, flex, com ar | 2023/2024 | 9BD358ATFRYN23188 | Gente Seguradora | 22/10/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 165 | FIAT | Argo Drive 1.0, 5 portas, flex, com ar | 2023/2024 | 9BD358ATFRYN23191 | Gente Seguradora | 22/10/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 166 | FIAT | Argo Drive 1.0, 5 portas, flex, com ar | 2023/2024 | 9BD358ATFRYN23187 | Gente Seguradora | 22/10/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 167 | FIAT | Argo Drive 1.0, 5 portas, flex, com ar | 2023/2024 | 9BD358ATFRYN23185 | Gente Seguradora | 22/10/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 168 | FIAT | Argo Drive 1.0, 5 portas, flex, com ar | 2023/2024 | 9BD358ATFRYN23192 | Gente Seguradora | 22/10/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 169 | FIAT | Argo Drive 1.0, 5 portas, flex, com ar | 2023/2024 | 9BD358ATFRYN23186 | Gente Seguradora | 22/10/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 170 | FIAT | Argo Drive 1.0, 5 portas, flex, com ar | 2023/2024 | 9BD358ATFRYN23206 | Gente Seguradora | 22/10/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 171 | FIAT | Argo Drive 1.0, 5 portas, flex, com ar | 2023/2024 | 9BD358ATFRYN23210 | Gente Seguradora | 22/10/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 172 | FIAT | Argo Drive 1.0, 5 portas, flex, com ar | 2023/2024 | 9BD358ATFRYN23190 | Gente Seguradora | 22/10/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 173 | FIAT | Argo Drive 1.0, 5 portas, flex, com ar | 2023/2024 | 9BD358ATFRYN23208 | Gente Seguradora | 22/10/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 174 | FIAT | Argo Drive 1.0, 5 portas, flex, com ar | 2023/2024 | 9BD358ATFRYN23207 | Gente Seguradora | 22/10/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 175 | FIAT | Argo Drive 1.0, 5 portas, flex, com ar | 2023/2024 | 9BD358ATFRYN23220 | Gente Seguradora | 22/10/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 176 | FIAT | Argo Drive 1.0, 5 portas, flex, com ar | 2023/2024 | 9BD358ATFRYN23189 | Gente Seguradora | 22/10/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 177 | FIAT | Argo Drive 1.0, 5 portas, flex, com ar | 2023/2024 | 9BD358ATFRYN23217 | Gente Seguradora | 22/10/2025 | 0 | NÃO | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |

1. As indicações sobre os números das placas dos veículos objeto serão prestadas à futura CONTRATADA pela Diretoria de Transportes e Logística, após a homologação do certame.

2. A cobertura do seguro dar-se-á pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da data da emissão das apólices, destacando que a emissão e a vigência, por sua vez, deverão observar as datas do término das vigências das apólices constante do quadro presente no Termo de Referência - Anexo I do Edital, visando à manutenção da cobertura securitária dos veículos e deverá cobrir:

a) Casco, contra roubo, furto, incêndio, colisão, enchente com o veículo e terceiros, quebra de para-brisa e vidros;

b) Assistência 24 horas, compreendido: guincho (**quilometragem livre**), socorro mecânico;

c) Cobertura para danos corporais, materiais e morais.

2.1 O seguro dos veículos deverá ser na modalidade **SEM PERFIL VISTO**.

2.2 A franquia será a obrigatória e corresponde ao valor pago pelo **CONTRATANTE** na retirada do veículo na oficina e em cada ocorrência de sinistro coberto pela apólice, exclusivamente em casos de perda parcial.

2.2.1 A franquia não será objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);

2.2.2 Os valores das franquias deverão ser o cálculo básico da seguradora.

2.2.3 Em caso de sinistro, o valor referente à franquia será pago pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, exclusivamente, à **CONTRATADA**, afastando-se a possibilidade de pagamentos a terceiros, ainda que conveniados com a licitante vencedora.

2.3 Caso haja necessidade, poderão as licitantes vistoriar os veículos descritos no ANEXO 1, agendando previamente através do e-mail rinaldosantos@mpsp.mp.br com o Senhor Rinaldo Santos, na Diretoria de Transportes e Logística, localizada na Rua Frederico Steidel, 120, Santa Cecília, São Paulo (SP). A vistoria poderá ser realizada até o dia útil anterior a data da realização da licitação.

2.3.1 A Administração não fornecerá atestado de vistoria.

2.4 Deverão ser considerados os seguintes valores:

- Valor segurado para danos corporais R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

- Valor segurado para danos materiais R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

- Valor segurado para danos morais R\$ 50.000,00 (trinta mil reais)

2.5 O regime de execução é o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

2.6. Deverá ser considerado a cobertura adicional para plataforma elevatória para Caminhão Tector 170E21 ATTACK CC 4815, IVECO, ano 2017/2018 no valor de R\$ 50.000,00.

2.7 Deverá ser considerado também a cobertura adicional para Baú Duralumínio para Caminhão Tector 170E21 ATTACK CC 4815, IVECO, ano 2017/2018 no valor de R\$ 30.000,00.

2.8 Deverá ser considerado também a cobertura adicional para Baú Duralumínio para o Modelo Caminhão carroceria fechada, ano 2009/2010, modelo Daily 55C16 CS 2.998 cc, 155 cv, diesel no valor de R\$ 25.000,00.

2.9 Deverá ser considerado também a cobertura adicional para o Baú Duralumínio para o Modelo Caminhão carroceria fechada, ano 2009/2009, modelo Cargo 1722 E potência 5.8 CC, Diesel, no valor de R\$ 35.000,00.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. O Modelo de Gestão do Contrato será composto pelos itens elencados abaixo, seguindo a Resolução nº 1.767/2024 – PGJ (incisos I a VII do artigo 18, destacando que os critérios de medição, recebimento e de pagamento definidos, a teor do artigo 18, inciso III, da Lei n.º 14.133/21 combinado com o artigo 13, inciso III, da Resolução n.º 1.782/2024 – PGJ:

6.2.1 O Controle da Execução do Contrato será executado por equipe de gestão e fiscalização, designados em Portaria da Diretoria-Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo, à qual caberá a verificação do cumprimento regular do contrato, nos termos da lei e das normas internas do CONTRATANTE, comunicando à CONTRATADA os fatos eventualmente ocorridos para pronta regularização;

6.2.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.2.3 Os métodos, prazos e os responsáveis para os recebimentos provisório e definitivo estão definidos nos itens 7.1 a 7.10 deste Anexo I;

6.2.4 Os prazos e formas de pagamento estão definidos nos itens 7.11 a 7.26 deste Anexo I;

6.2.5 A verificação do cumprimento da obrigação da contratada de manter todas as condições exigidas para a habilitação e qualificação na contratação inicial, periodicamente, está definida nos itens 6.3 a 6.10 deste Anexo I;

6.2.6 As hipóteses de glosas, sanções e extinção do contrato estão definidas nos itens 9 do Edital e Cláusulas Décima Segunda e Décima Terceira do Anexo II - Termo de contrato;

6.2.7 A CONTRATADA fica dispensada do oferecimento de garantia para assegurar a execução do contrato, em face do disposto no artigo 96 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações (Cláusula Décima Primeira do Anexo II - Termo de Contrato).

Fiscalização

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Administrativa

6.4. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Resolução n.º 1.767/2024 - PGJ, de 30 de janeiro de 2024).

6.5. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Resolução n.º 1.767/2024 - PGJ, de 30 de janeiro de 2024).

Gestor do Contrato

6.6. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.7. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Resolução n.º 1.767/2024 - PGJ, de 30 de janeiro de 2024).

6.8. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Resolução n.º 1.767/2024 - PGJ, de 30 de janeiro de 2024).

6.9. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Resolução n.º 1.767/2024 - PGJ, de 30 de janeiro de 2024).

6.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Resolução n.º 1.767/2024 - PGJ, de 30 de janeiro de 2024).

6.11. O controle será executado por equipe de gestão e fiscalização, designados em Portaria da Diretoria-Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo, à qual caberá a verificação do cumprimento regular do contrato, nos termos da lei e das normas internas do CONTRATANTE, comunicando à CONTRATADA os fatos eventualmente ocorridos para pronta regularização.

6.12. Pelo descumprimento das cláusulas contratuais, poderão ser aplicadas as penalidades estabelecidas na Cláusula Décima Segunda.

6.13. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

6.13.1. não tenha produzido os resultados acordados.

6.13.2. tenha deixado de realizar os serviços contratados, ou não os tenha executado com a qualidade ou quantidade mínima exigida.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto será no ato do recebimento pela Contratante do serviço solicitado na respectiva Nota de Empenho.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo. (Art. 140, I, a, da Lei

nº 14.133 e Resolução n.º 1.767/2024 - PGJ, de 30 de janeiro de 2024).

7.3. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Resolução n.º 1.767/2024 - PGJ, de 30 de janeiro de 2024).

7.4. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Resolução n.º 1.767/2024 - PGJ, de 30 de janeiro de 2024)

7.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.5.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.5.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.5.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.5.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais contratuais no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.7.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.7.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.7.5. Enviar a documentação pertinente ao Centro de Finanças e Contabilidade do MPSP para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.12. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.13.1. o prazo de validade;

7.13.2. a data da emissão;

7.13.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.13.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.13.5. o valor a pagar; e

7.13.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.14.1. Deverá ser observada a obrigatoriedade da emissão da nota fiscal eletrônica (NF-e), conforme o caso e nos termos da legislação em vigor.

7.15. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.16. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no 30º (trigésimo) dia, a contar da data do aceite definitivo, a ser efetuado pelo CONTRATANTE, e se processará mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA no Banco do Brasil S/A, nos termos da legislação vigente.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais- CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá retenção na fonte do imposto de renda, podendo sofrer retenção na fonte do ISSQN e INSS, conforme legislação em vigor.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Exigências de habilitação

8.2. Para de habilitação, o licitante deverá comprovar os requisitos contidos no Item 7 - Da Fase de Habilitação do edital.

Regime de Execução

8.3 O regime de execução é o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 382.092,52

9.1. O valor foi estimado em R\$ 382.092,52 (trezentos e oitenta e dois mil noventa e dois reais e cinquenta e dois centavos) referente à média do prêmio, através de orçamentos de empresas especializadas.

10. Adequação orçamentária

10.1 Tendo em vista tratar-se de contratação do objeto para atender às necessidades da Instituição, na modalidade de licitação Pregão Eletrônico, os recursos orçamentários para atender à referida despesa, serão classificados no elemento de despesa 339039.44 – Seguro de Veículo, Programa de Trabalho 03.062.2701.4.5950000, que onerará recursos da UGE 270101 – Gabinete do Procurador Geral de Justiça, Fonte 150010001, PTRES 270112, da Atividade 595 – Defesa dos Interesses Sociais, UGO 270010.

11. Responsáveis

RINALDO MARTINS DOS SANTOS

Gestor

Assinou eletronicamente em 03/07/2025 às 21:01:23.

GISELI NUNES PEREIRA

Suplente

Assinou eletronicamente em 03/07/2025 às 20:25:45.

ANEXO I.1

Estudo Técnico Preliminar 37/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 29.0001.0038315.2025-84

2. Descrição da necessidade

Trata-se de estudo técnico preliminar referente à contratação de empresa para prestação de serviço de seguro para 177 (cento e setenta e sete) veículos pertencentes à frota desta Instituição nas condições e quantidades estabelecidas abaixo, visando suprir as necessidades de proteção contra danos e perdas e auxílio nas ocasiões de avaria dos veículos e assim, garantir a disponibilidade de veículos para a satisfação das atribuições do MP.

| QTDE | MARCA | MODELO | ANO FABRICAÇÃO/MODELO | CASCO |
|------|-------|-----------------------------------------|--------------------------|-------------------------------------------|
| 2 | VW | Modelo Gol 1.6, 5 portas, flex, c/ ar | 2007/2008 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | VW | Modelo Kombi Furgão 1.4, Flex | 2009/2010 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | FIAT | Modelo Idea Essence 1.6, 5 portas, Flex | 2011/2011 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | FIAT | Modelo Doblô Furgão Cargo 1.4 Flex | 2011/2011 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |

| | | | | |
|----|---------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-------------------------------------------------------|
| 2 | FIAT | Modelo Doblô Furgão Cargo 1.4 Flex | 2011/2012 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | FIAT | Modelo Microônibus Ducato Combinato 2.3, 09 lugares, diesel c/ar | 2011/2011 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | FORD | Modelo Fiesta Sedan 1.6, 5 portas, Flex | 2011/2011 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | GM | Modelo Astra Sedan Advantage 2.0, 5 portas, flex | 2011/2011 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | GM | Modelo Corsa Maxx 1.4, 5 portas, flex | 2011/2011 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | GM | Modelo Caminhonete S10 Colina D 4x4, 2.8 diesel | 2008/2008 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | GM | Modelo Vectra Sedan Elegance 2.0, 5 portas, Flex | 2011/2011 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | FORD | Modelo Caminhão carroceria fechada com plataforma elevatória, modelo Cargo 1722 E potência 5.8 CC, Diesel | 2009/2009 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | IVECO | Modelo Caminhão Tector carroceria fechada, modelo Attack CC 4815, com plataforma elevatória e baú, diesel | 2017/2018 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | IVECO | Modelo Caminhão carroceria fechada, modelo Daily 55C16 CS 2.998 cc, 155 cv, diesel | 2009/2010 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 9 | FIAT | Modelo Uno drive 1.0 Flex 5 portas flex c/ ar | 2019/2020 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 5 | FIAT | Modelo Cronos Precision 1.8, flex | 2019/2020 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 5 | RENAULT | Modelo Duster Expression 1.6 Flex | 2019/2020 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 10 | PEUGEOT | Modelo Partner 1.6 flex | 2019/2020 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |

| | | | | |
|----|---------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-------------------------------------------|
| 25 | FIAT | Modelo Hatchback, modelo uno evolution 1.4, flex, 5 portas | 2018/2018 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 5 | FIAT | Modelo tipo furgão, Fiorino 1.4, flex, 2 portas com ar | 2017/2018 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 7 | GM | Modelo Spin LT 1.8, 05 lugares | 2018/2018 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | PEUGEOT | Modelo 408 Griffé THP, 16. Flex - automático | 2017/2018 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | FIAT | Modelo caminhonete Toro Freedom 2.0 4x4 diesel | 2017/2018 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | RENAULT | Modelo Master Executive 16 lugares | 2018/2019 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | RENAULT | Modelo Master tipo Furgão | 2018/2019 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 14 | FIAT | Tipo Sedan Modelo Linha ESSENCE 1.8 16 V FLEX Procedência Nacional, Potência 130 (G)/132 (E), 05 Portas Cor cinza Scandium, c/ar | 2013/2014 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 3 | FIAT | Tipo Sedan Modelo Linha ESSENCE 1.8 16 V FLEX Procedência Nacional, Potência 130 (G)/132 (E), 05 Portas Cor cinza Scandium, c/ar | 2014/2014 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 5 | FIAT | Veículo automotor, tipo hatchback, Bicombustível, cor cinza, , modelo Fiat Uno Evolution 1.4 | 2016/2016 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 8 | FIAT | Veículo automotor, tipo minivan, Bicombustível, cor branca, Fiat / Fiorino 1.4 | 2016/2016 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | FIAT | Veículo automotor, tipo sedan, Bicombustível, cor cinza, Fiat/Linha Essence, | 2015/2016 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |

| | | | | |
|---|---------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-------------------------------------------------------|
| 9 | FORD | Tipo Hatchback Modelo Ford Fiesta ROCAN 1.6 FLEX Procedência Nacional, Potência 101 (G)/107 (E), 05 Portas Cor Prata, c/ar | 2014/2014 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 3 | GM | Tipo Mini Van Modelo Spin LTZ 1.8L FLEX Procedência Nacional Potência Mínima 106 CV 05 Portas Cor Prata Acomoda 07 (sete) passageiros, c/ar | 2014/2015 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | GM | Tipo caminhonete Modelo Montana LS 1.4 FLEX | 2015/2016 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | RENAULT | Tipo Furgão Pequeno Modelo Renault Kangoo Express 1.6L 16V FLEX Procedência Nacional Potência Mínima 80 CV 04 Portas Cor Branca, c/ar | 2014/2015 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | RENAULT | Tipo Furgão Cargo Grande Modelo Master Furgão 2.3L DIESEL Procedência Nacional Zero Quilômetro Potência 130 CV 04 Portas Cor Branca, c/ar | 2014/2015 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 3 | VW | Tipo Pick up Modelo Amarok 2.0 Bi Turbo DIESEL Cabine Dupla Procedência Importada, Potência 180 CV, 04 Portas Cor cinza, c/ar 4x4 | 2013/2014 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | VW | Veículo automotor, tipo minivan, bicomcombustível, cor cinza, VW/Novo Spacefox CL | 2015/2016 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | VW | Veículo automotor, tipo caminhonete, (pick up), cabine dupla, combustível, diesel, cor cinza, VW Amarok CD 4x4 S | 2016/2016 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | FIAT | Ducato-Cargo 2011/2012 diesel c/ ar | 2011/2012 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | FORD | FOCUS 2.0L, flex 5 portas c/ ar | 2011/2012 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 4 | FIAT | PALIO 1.4 atractive 1.4, flex 5 portas c/ ar | 2011/2012 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |

| | | | | |
|----|------|----------------------------------------|-----------|-------------------------------------------|
| 1 | VW | VOYAGE 1.0, flex 5 portas c/ ar | 2011/2011 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | GM | SPIN 1.8, flex 5 portas c/ar | 2013/2013 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 5 | VW | Saveiro, flex, c/ ar | 2023/2023 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | VW | PARATI, flex 5 portas c/ ar | 2008/2009 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | FORD | FOCUS, flex 5 portas c/ar | 2018/2018 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | FIAT | LINEA, flex, c/ ar | 2013/2014 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 14 | FIAT | ARGO Drive 1.0, 5 portas, flex, com ar | 2023/2024 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |

3. Área requisitante

Área Requisitante - Área de Transportes

Responsável - Rinaldo Martins dos Santos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, não possui natureza continuada e visa a contratação de empresa para seguro de cento e setenta e sete veículos oficiais pertencentes à frota do Ministério Público do Estado de São Paulo, com os seguintes requisitos, fundamentais para garantir a continuidade dos serviços prestados pela instituição.

4.1 As indicações sobre os números das placas dos veículos serão prestadas à futura contratada pela Diretoria de Transportes e Logística, após a homologação do certame.

4.2 A cobertura do seguro dar-se-á pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da data da emissão das apólices, destacando que a emissão e a vigência, por sua vez, deverão observar as datas do término das vigências das apólices constante do quadro presente no Termo de Referência - Anexo I do Edital, visando à manutenção da cobertura securitária os veículos e deverá cobrir:

- a) Casco, contra roubo, furto, incêndio, colisão, enchente com o veículo e terceiros, quebra de para-brisa e vidros;
- b) Assistência 24 horas, compreendido: guincho (quilometragem livre), socorro mecânico;
- c) Cobertura para danos corporais, materiais e morais.

4.2.1 O seguro dos veículos deverá ser na modalidade SEM PERFIL VISTO.

4.2.2 A franquia será a obrigatória e corresponde ao valor pago pelo CONTRATANTE na retirada do veículo na oficina e em cada ocorrência de sinistro coberto pela apólice, exclusivamente em casos de perda parcial.

4.2.2.1. A franquia não será objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);

4.2.2.2. Os valores das franquias deverão ser o cálculo básico da seguradora.

4.2.2.3. Em caso de sinistro, o valor referente à franquia será pago pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, exclusivamente, à CONTRATADA, afastando-se a possibilidade de pagamentos a terceiros, ainda que conveniados com a licitante vencedora.

4.3. Caso haja necessidade, poderão as licitantes vistoriar os veículos descritos no ANEXO 1, agendando previamente através do e-mail rinaldosantos@mpsp.mp.br com o Senhor Rinaldo Santos, na Diretoria de Transportes e Logística, localizada na Rua Frederico Steidel, 120, Santa

Cecília, São Paulo (SP). A vistoria poderá ser realizada até o dia útil anterior a data da realização da licitação.

4.3.1. A Administração não fornecerá atestado de vistoria.

4.4. Deverão ser considerados os seguintes valores:

- Valor segurado para danos corporais R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
- Valor segurado para danos materiais R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
- Valor segurado para danos morais R\$ 50.000,00 (trinta mil reais)

4.5. O regime de execução é o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

4.6. Deverá ser considerado a cobertura adicional para plataforma elevatória para Caminhão Tector 170E21 ATTACK CC 4815, IVECO, ano 2017/2018 no valor de R\$ 50.000,00.

4.7. Deverá ser considerado também a cobertura adicional para Baú Duralumínio para Caminhão Tector 170E21 ATTACK CC 4815, IVECO, ano 2017/2018 no valor de R\$ 30.000,00.

4.8. Deverá ser considerado também a cobertura adicional para Baú Duralumínio para o Modelo Caminhão carroceria fechada, ano 2009/2010, modelo Daily 55C16 CS 2.998 cc, 155 cv, diesel no valor de R\$ 25.000,00.

4.9. Deverá ser considerado também a cobertura adicional para o Baú Duralumínio para o Modelo Caminhão carroceria fechada, ano 2009/2009, modelo Cargo 1722 E potência 5.8 CC, Diesel, no valor de R\$ 35.000,00.

Na contratação de seguro, há economia após sinistros (o custo da proteção é menor do que conserto da avaria avulsa) e segurança de um auxílio nessas ocasiões. Além disso, o custo da franquia garante o auxílio e rapidez na execução dos serviços requeridos. São vários os cenários que podem levar a problemas dos mais variados. Desta forma, uma assistência 24h garantirá acesso a serviços assistenciais a qualquer horário do dia, o que agiliza na condução das atividades meio e fim da instituição. Bem como, a necessidade de segurança dos servidores e membros na execução de suas atividades, garante um bom andamento na condução das atribuições do MPSP para a sociedade.

5. Levantamento de Mercado

Embasado nos requisitos definidos neste instrumento, a teor do que consta do inciso V, do § 1º, do artigo 18 da Lei Federal nº 14.133/21, foi realizado o levantamento de mercado através de potenciais fornecedores, para identificar quais soluções existentes atendem a demanda da contratação de modo a alcançar os resultados pretendidos, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, não havendo soluções alternativas possíveis à solução apresentada, justificando-se assim a contratação de empresa seguradora com vantagem econômica após sinistros (o custo da proteção é menor do que conserto da avaria avulsa) e segurança de um auxílio nessas ocasiões. Além disso, o custo da franquia garante o auxílio e rapidez na execução dos serviços requeridos. São vários os cenários que podem levar a problemas dos mais variados. Desta forma, uma assistência 24h garantirá acesso a serviços assistenciais a qualquer horário do dia, o que agiliza na condução das atividades meio e fim da instituição. Bem como, a necessidade de segurança dos servidores e membros na execução de suas atividades, garante um bom andamento na condução das atribuições do MPSP para a sociedade.

6. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa para prestação de serviço de seguro de cento e setenta e sete veículos oficiais, pertencentes à frota do Ministério Público do Estado de São Paulo, com fornecimento das coberturas e condições abaixo:

6.1. As indicações sobre os números das placas dos veículos serão prestadas à futura contratada pela Diretoria de Transportes e Logística, após a homologação do certame.

6.2. A cobertura do seguro dar-se-á pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da data da emissão das apólices, destacando que a emissão e a vigência, por sua vez, deverão observar as datas do término das vigências das apólices constante do quadro presente no Termo de Referência - Anexo I do Edital, visando à manutenção da cobertura securitária os veículos e deverá cobrir:

- a) Casco, contra roubo, furto, incêndio, colisão, enchente com o veículo e terceiros, quebra de para-brisa e vidros;
- b) Assistência 24 horas, compreendido: guincho (quilometragem livre), socorro mecânico;
- c) Cobertura para danos corporais, materiais e morais.

6.3. O seguro dos veículos deverá ser na modalidade SEM PERFIL VISTO.

6.4. A franquia será a obrigatória e corresponde ao valor pago pelo CONTRATANTE na retirada do veículo na oficina e em cada ocorrência de sinistro coberto pela apólice, exclusivamente em casos de perda parcial.

6.4.1. A franquia não será objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);

6.4.2. Os valores das franquias deverão ser o cálculo básico da seguradora.

6.4.3. Em caso de sinistro, o valor referente à franquia será pago pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, exclusivamente, à CONTRATADA, afastando-se a possibilidade de pagamentos a terceiros, ainda que conveniados com a licitante vencedora.

6.5. Caso haja necessidade, poderão as licitantes vistoriar os veículos descritos no ANEXO 1, agendando previamente através do e-mail rinaldosantos@mpsp.mp.br com o Senhor Rinaldo Santos, na Diretoria de Transportes e Logística, localizada na Rua Frederico Steidel, 120, Santa Cecília, São Paulo (SP). A vistoria poderá ser realizada até o dia útil anterior a data da realização da licitação.

6.5.

6.5.1. A Administração não fornecerá atestado de vistoria.

6.6. Deverão ser considerados os seguintes valores:

- Valor segurado para danos corporais R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
- Valor segurado para danos materiais R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

- Valor segurado para danos morais R\$ 50.000,00 (trinta mil reais)

6.7. O regime de execução é o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

6.8. Deverá ser considerado a cobertura adicional para plataforma elevatória para Caminhão Tector 170E21 ATTACK CC 4815, IVECO, ano 2017/2018 no valor de R\$ 50.000,00.

6.9. Deverá ser considerado também a cobertura adicional para Baú Duralumínio para Caminhão Tector 170E21 ATTACK CC 4815, IVECO, ano 2017/2018 no valor de R\$ 30.000,00.

6.10. Deverá ser considerado também a cobertura adicional para Baú Duralumínio para o Modelo Caminhão carroceria fechada, ano 2009/2010, modelo Daily 55C16 CS 2.998 cc, 155 cv, diesel no valor de R\$ 25.000,00.

6.11. Deverá ser considerado também a cobertura adicional para o Baú Duralumínio para o Modelo Caminhão carroceria fechada, ano 2009/2009, modelo Cargo 1722 E potência 5.8 CC, Diesel, no valor de R\$ 35.000,00.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O objeto do presente ETP perfaz um total de 177 (cento e setenta e sete) veículos oficiais pertencentes à frota do Ministério Público do Estado de São Paulo.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 382.092,52

O valor foi estimado em R\$ 382.092,52 (trezentos e oitenta e dois mil noventa e dois reais e cinquenta e dois centavos) referente à média do prêmio, através de orçamentos de empresas especializadas.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O disposto encontra-se aplicável na presente demanda, não sendo vislumbrado, no momento, motivações para a adoção do parcelamento do objeto, tendo em vista que contratação de seguro pessoa jurídica é feito em pagamento único.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual de 2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios diretos e indiretos que esta instituição almeja com a contratação são:

- Otimização de custos administrativos de gerenciamento de todo o processo de contratação, da força de trabalho que possuímos tanto na gestão quanto fiscalização de contratos;
- Mitigar chances do inadimplemento contratual por parte da empresa que possa gerar desgaste ou custos para esta instituição;
- Garantir a boa execução dos serviços da instituição, apoio administrativo e operacional, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade;
- Dinamismo em relação às diversas atividades do MPSP;
- Rapidez no atendimento a demanda dos serviços;
- Integração e harmonia entre os membros, colaboradores e servidores; e
- Melhor ambiente de trabalho uma vez que todo problema de apoio operacional que afete as áreas fins e meio da instituição poderão ser resolvidos.

13. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra necessidade de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada e o objeto.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Inexistem riscos ambientais decorrentes desta contratação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

- Atendimento a todos os preceitos legais vigentes;
- Economicidade ao contratar o item por licitação na qual será escolhida a proposta mais vantajosa para a administração, bem como a promoção do desenvolvimento nacional sustentável;
- A unificação dos seguros contratados, também praticada por outros órgãos, acarretará a diminuição do gasto administrativo com a movimentação, controle e gerenciamento, trazendo mais eficácia da contratação do serviço, fiscalização, competitividade e ainda na agilidade na instrução de um único processo, tendo em vista as novas alterações advindas com a lei 14.133/21. O ETP evidencia que a contratação mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente, sendo viável a contratação pretendida.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Gestor

Assinou eletronicamente em 02/07/2025 às 15:58:34.

GISELI NUNES PEREIRA

Gestor Suplente

Assinou eletronicamente em 02/07/2025 às 14:55:30.

ANEXO II

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

PROCESSO n.º 167/25 – DG/MP

SEI 29.0001.0038315.2025-84

CONTRATO n.º ____/2025

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO** E _____ PARA A CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA COBERTURA DE 177 VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DA INSTITUIÇÃO.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o número 01.468.760/0001-90, isento de Inscrição Estadual, com sede na rua Riachuelo nº 115, CEP nº 01007-904, nesta Capital, neste ato representado pelo Doutor DÊNIS FÁBIO MARSOLA, Promotor de Justiça e seu Diretor-Geral, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o número _____, estabelecida _____, neste ato representada pelo (a) _____, cargo _____, portador da cédula de identidade n.º _____, CPF nº _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, assinam o presente Contrato, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui o objeto da presente avença a contratação de seguro para veículos pertencentes à frota desta Instituição tendo cobertura destinada a 177 (cento e setenta e sete) veículos descritos abaixo e de acordo com as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.031/2025.

| QTDE | MARCA | MODELO | ANO FABRICAÇÃO/MODELO | CASCO |
|------|-------|------------------------------------------------------------------|--------------------------|-------------------------------------------|
| 2 | VW | Modelo Gol 1.6, 5 portas, flex, c/ ar | 2007/2008 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | VW | Modelo Kombi Furgão 1.4, Flex | 2009/2010 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | FIAT | Modelo Idea Essence 1.6, 5 portas, Flex | 2011/2011 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | FIAT | Modelo Doblô Furgão Cargo 1.4 Flex | 2011/2011 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | FIAT | Modelo Doblô Furgão Cargo 1.4 Flex | 2011/2012 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | FIAT | Modelo Microônibus Ducato Combinato 2.3, 09 lugares, diesel c/ar | 2011/2011 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | FORD | Modelo Fiesta Sedan 1.6, 5 portas, Flex | 2011/2011 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | GM | Modelo Astra Sedan Advantage 2.0, 5 portas, flex | 2011/2011 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | GM | Modelo Corsa Maxx 1.4, 5 portas, flex | 2011/2011 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | GM | Modelo Caminhonete S10 Colina D 4x4, 2.8 diesel | 2008/2008 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |

| | | | | |
|----|---------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-------------------------------------------|
| 2 | GM | Modelo Vectra Sedan Elegance 2.0, 5 portas, Flex | 2011/2011 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | FORD | Modelo Caminhão carroceria fechada com plataforma elevatória, modelo Cargo 1722 E potência 5.8 CC, Diesel | 2009/2009 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | IVECO | Modelo Caminhão Tector carroceria fechada, modelo Attack CC 4815, com plataforma elevatória e baú, diesel | 2017/2018 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | IVECO | Modelo Caminhão carroceria fechada, modelo Daily 55C16 CS 2.998 cc, 155 cv, diesel | 2009/2010 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 9 | FIAT | Modelo Uno drive 1.0 Flex 5 portas flex c/ ar | 2019/2020 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 5 | FIAT | Modelo Cronos Precision 1.8, flex | 2019/2020 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 5 | RENAULT | Modelo Duster Expression 1.6 Flex | 2019/2020 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 10 | PEUGEOT | Modelo Partner 1.6 flex | 2019/2020 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 25 | FIAT | Modelo Hatchback, modelo uno evolution 1.4, flex, 5 portas | 2018/2018 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 5 | FIAT | Modelo tipo furgão, Fiorino 1.4, flex, 2 portas com ar | 2017/2018 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 7 | GM | Modelo Spin LT 1.8, 05 lugares | 2018/2018 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | PEUGEOT | Modelo 408 Griffé THP, 16. Flex - automático | 2017/2018 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | FIAT | Modelo caminhonete Toro Freedom 2.0 4x4 diesel | 2017/2018 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | RENAULT | Modelo Master Executive 16 lugares | 2018/2019 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | RENAULT | Modelo Master tipo Furgão | 2018/2019 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 14 | FIAT | Tipo Sedan Modelo Línea ESSENCE 1.8 16 V FLEX Procedência Nacional, Potência 130 (G)/132 (E), 05 Portas Cor cinza Scandium, c/ar | 2013/2014 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 3 | FIAT | Tipo Sedan Modelo Línea ESSENCE 1.8 16 V FLEX Procedência Nacional, Potência 130 (G)/132 (E), 05 Portas Cor cinza Scandium, c/ar | 2014/2014 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 5 | FIAT | Veículo automotor, tipo hatchback, Bicomustível, cor cinza, , modelo Fiat Uno Evolution 1.4 | 2016/2016 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 8 | FIAT | Veículo automotor, tipo minivan, Bicomustível, cor branca, Fiat / Fiorino 1.4 | 2016/2016 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | FIAT | Veículo automotor, tipo sedan, Bicomustível, cor cinza, Fiat/Línea Essence, | 2015/2016 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 9 | FORD | Tipo Hatchback Modelo Ford Fiesta ROCAN 1.6 FLEX Procedência Nacional, Potência 101 (G)/107 (E), 05 Portas Cor Prata, c/ar | 2014/2014 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 3 | GM | Tipo Mini Van Modelo Spin LTZ 1.8L FLEX Procedência Nacional Potência Mínima 106 CV 05 Portas Cor Prata Acomoda 07 (sete) passageiros, c/ar | 2014/2015 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | GM | Tipo caminhonete Modelo Montana LS 1.4 FLEX | 2015/2016 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | RENAULT | Tipo Furgão Pequeno Modelo Renault Kangoo Express 1.6L 16V FLEX Procedência Nacional Potência Mínima 80 CV 04 Portas Cor Branca, c/ar | 2014/2015 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | RENAULT | Tipo Furgão Cargo Grande Modelo Master Furgão 2.3L DIESEL Procedência Nacional Zero Quilômetro Potência 130 CV 04 Portas Cor Branca, c/ar | 2014/2015 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |

| | | | | |
|----|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-------------------------------------------|
| 3 | VW | Tipo Pick up Modelo Amarok 2.0 Bi Turbo DIESEL Cabine Dupla Procedência Importada, Potência 180 CV, 04 Portas Cor cinza, c/ar 4x4 | 2013/2014 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | VW | Veículo automotor, tipo minivan, bicomustível, cor cinza, VW/Novo Spacefox CL | 2015/2016 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | VW | Veículo automotor, tipo caminhonete, (pick up), cabine dupla, combustível, diesel, cor cinza, VW Amarok CD 4x4 S | 2016/2016 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | FIAT | Ducato-Cargo 2011/2012 diesel c/ ar | 2011/2012 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | FORD | FOCUS 2.0L, flex 5 portas c/ ar | 2011/2012 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 4 | FIAT | PALIO 1.4 atractiv 1.4, flex 5 portas c/ ar | 2011/2012 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | VW | VOYAGE 1.0, flex 5 portas c/ ar | 2011/2011 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | GM | SPIN 1.8, flex 5 portas c/ar | 2013/2013 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 5 | VW | Saveiro, flex, c/ ar | 2023/2023 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | VW | PARATI, flex 5 portas c/ ar | 2008/2009 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 2 | FORD | FOCUS, flex 5 portas c/ar | 2018/2018 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 1 | FIAT | LINEA, flex, c/ ar | 2013/2014 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |
| 14 | FIAT | ARGO Drive 1.0, 5 portas, flex, com ar | 2023/2024 | 100% do valor referenciado da tabela FIPE |

1.2 A cobertura do seguro dar-se-á pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da data da emissão das apólices, destacando que a emissão e a vigência, por sua vez, deverão observar as datas do término das vigências das apólices constante do quadro presente no Termo de Referência - Anexo I do Edital, visando à manutenção da cobertura securitária os veículos:

a) Casco, contra roubo, furto, incêndio, colisão, enchente com o veículo e terceiros, quebra de para-brisa e vidros;

b) Assistência 24 horas, compreendido: guincho (**quilometragem livre**), socorro mecânico;

c) Cobertura para danos corporais, materiais e morais.

1.3 O seguro dos veículos deverá ser na modalidade **SEM PERFIL VISTO**.

1.4 A franquia será a obrigatória e corresponde ao valor pago pelo **CONTRATANTE** na retirada do veículo na oficina e em cada ocorrência de sinistro coberto pela apólice, exclusivamente em casos de perda parcial.

1.4.1 Os valores das franquias deverão ser o cálculo básico da seguradora.

1.4.2 Em caso de sinistro, o valor referente à franquia será pago pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, exclusivamente, à **CONTRATADA**, afastando-se a possibilidade de pagamentos a terceiros, ainda que conveniados com a CONTRATADA.

1.5 Deverão ser considerados os seguintes valores:

- Valor segurado para danos corporais R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
- Valor segurado para danos materiais R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
- Valor segurado para danos morais R\$ 50.000,00 (trinta mil reais)

1.6 Deverá ser considerado a cobertura adicional para plataforma elevatória para Caminhão Tector 170E21 ATTACK CC 4815, IVECO, ano 2017/2018 no valor de R\$ 50.000,00.

1.7 Deverá ser considerado também a cobertura adicional para Baú Duralumínio para Caminhão Tector 170E21 ATTACK CC 4815, IVECO, ano 2017/2018 no valor de R\$ 30.000,00.

1.8 Deverá ser considerado também a cobertura adicional para Baú Duralumínio para o Modelo Caminhão carroceria fechada, ano 2009/2010, modelo Daily 55C16 CS 2.998 cc, 155 cv, diesel no valor de R\$ 25.000,00.

1.9 Deverá ser considerado também a cobertura adicional para o Baú Duralumínio para o Modelo Caminhão carroceria fechada, ano 2009/2009, modelo Cargo 1722 E potência 5.8 CC, Diesel, no valor de R\$ 35.000,00.

1.10 O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.10.1. O Termo de Referência;
- 1.10.2. O Edital da Licitação;
- 1.10.3. A Proposta da Contratada; e
- 1.10.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados

1.11 O regime de execução deste contrato é o de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

1.12 As apólices de seguro deverão ser emitidas no 1º dia útil seguinte à datas de término das vigências do seguro atual indicadas na tabela do item 5 do Anexo I – Termo de referência visando

à manutenção da cobertura securitária dos veículos, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, visando à manutenção da cobertura securitária os veículos.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência contratual será de 16 (dezesesseis) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato pelo último signatário. O prazo de vigência engloba a somatória de todas as vigências das apólices pretendidas, conforme escalonamento constante da tabela do item 5 do Anexo I – Termo de Referência, as quais deverão ser emitidas no 1º dia útil seguinte à data de término das vigências indicadas na tabela do item 5 do Anexo I – Termo de referência, visando à manutenção da cobertura securitária dos veículos, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

2.1.1. Os prazos de execução e de vigência poderão ser prorrogados, mediante expressa manifestação de vontade das partes, formalizada por termo de aditamento, no caso de comprovada necessidade da Administração, observando-se o disposto na RESOLUÇÃO N.º 308/2003 – P.G.J., DE 18 DE MARÇO DE 2003, alterada pela RESOLUÇÃO N.º 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do

artigo 111 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 Os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

3.2. O controle será executado por equipe de gestão e fiscalização, designados em Portaria da Diretoria-Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo, à qual caberá a verificação do cumprimento regular do contrato, nos termos da lei e das normas internas do CONTRATANTE, comunicando à CONTRATADA os fatos eventualmente ocorridos para pronta regularização.

3.3. Pelo descumprimento das cláusulas contratuais, poderão ser aplicadas as penalidades estabelecidas na Cláusula Décima Segunda.

3.4. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

3.4.1. não tenha produzido os resultados acordados.

3.4.2. tenha deixado de realizar os serviços contratados, ou não os tenha executado com a qualidade ou quantidade mínima exigida.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO E RECURSOS CONSIGNADOS

5.1 Para efeito legal, o valor deste contrato é de R\$ ____.

5.2 A despesa decorrente deste contrato está classificada no elemento de despesa 339039.44 - Seguro de Veículo, que onerará recursos da UGE 270101 - Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, Fonte de Recursos 150010001, PTRES 270112, da Atividade 595 - Defesa dos Interesses Sociais, UGO 270010.

5.3 No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas Manifestação 15514413 SEI 29.0001.0038315.2025-84 / pg. 10 decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

6.2. O pagamento será efetuado no 30º (trigésimo) dia, a contar da data do aceite definitivo de cada apólice, a ser efetuado pelo CONTRATANTE, e se processará mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA no Banco do Brasil S/A, nos termos da legislação vigente.

6.2.1. As apólices serão recebidas pela Diretoria de Transportes e Logística, localizada na Rua Dr. Frederico Steidel, 120 – Vila Buarque – CEP 01225-030 das 09h00 às 19h00, aos cuidados do Sr. Rinaldo Martins dos Santos - Diretor ou via e-mail: rinaldosantos@mpsp.mp.br.

6.3. Caso a Contratada seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 14/04/2025.

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data

do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, Índice de Preços ao Consumidor (IPCFIPE), e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.8. No caso de pedido de repactuação de preços ou de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro por parte da CONTRATADA, o prazo para resposta será de 120 (cento e vinte) dias.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

8.1. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste Contrato.

8.2. Fornecer à CONTRATADA, bem como aos empregados responsáveis pela execução dos serviços, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Contrato.

8.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.4. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às expensas da CONTRATADA;

8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

8.7. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

8.8. Fica dispensada a **CONTRATADA** de prestar garantia à execução deste Contrato, nos termos do disposto no artigo 56, da Lei federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

9.1. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.2. A proceder a execução do objeto pactuado em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, durante toda a execução do Contrato.

9.3. Comunicar ao CONTRATANTE as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social ou Estatuto e enviar documentos pertinentes a essas mudanças.

9.4. Atender, com prontidão, aos chamados do CONTRATANTE, sempre que necessário, 24 (vinte e quatro) horas por dia e durante todos os dias em que o presente Contrato estiver em vigor, incluindo-se sábados, domingos e feriados.

9.5. Proceder a execução do objeto pactuado em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, durante toda a execução do Contrato.

9.6. Comunicar ao CONTRATANTE as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social ou Estatuto e enviar os documentos pertinentes a essas mudanças.

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990).

9.8. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização.

9.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade.

9.13. A contratada deverá manter até o final da vigência deste contrato conduta ética e máximo profissionalismo na execução do objeto do presente instrumento.

9.14. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante.

9.15. Orientar e treinar seus profissionais sobre os deveres previstos na Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.17. Conduzir os seus negócios de forma a coibir atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, em sintonia com a Lei Federal n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013 e ao Decreto Estadual n.º 67.301, de 24 de novembro de 2022.

9.18. Não oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos e colaboradores.

9.19. O descumprimento das obrigações previstas no poderá submeter a Contratada à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração de processo administrativo de responsabilização, nos termos da Lei

Federal n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013 e do Decreto Estadual n.º 67.301, de 24 de novembro de 2022.

9.20. Observar as vedações constantes do art. 9º, em especial as disposições dos §§1º e 2º, do inciso IV do artigo 14 e do parágrafo único do artigo 48, todos da Lei Federal n.º 14.333 de 1º de abril 2021.

9.21. A CONTRATADA deverá executar o objeto da contratação, em estreita observância dos ditames estabelecidos pela LEI N.º 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

9.22. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.23. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.24. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.25. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE.

9.26. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

9.27. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.28. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.28.1. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.29. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 67.301, de 2022, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.29.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que trata a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 67.301, de 2022.

9.30. A CONTRATADA obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.30.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.30.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.30.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021..

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS COMUNICAÇÕES

10.1. As comunicações serão realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI e e-mail cadastrado no referido sistema, considerando-se o cadastro realizado pela contratada na assinatura do contrato, conforme Aviso n.º 021/2021-DGMP, de 04 de março de 2021.

10.2. O cadastro também será considerado para fins de recebimento de quaisquer notificações oriundas do MPSP.

10.3. Havendo alteração de qualquer informação constante do cadastro, a contratada deverá atualizá-lo o sistema, sob pena de ser considerado o cadastro constante no momento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. A CONTRATADA fica dispensada do oferecimento de garantia para assegurar a execução do contrato, em face do disposto no artigo 96 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES POR INADIMPLÊNCIA

12.1. Aplicam-se à presente contratação as sanções e demais disposições previstas na Resolução n.º 308/2003 – PGJ, de 18 de março de 2003, alterada pela Resolução n.º 1.780/2024 - PGJ, de 30 de janeiro de 2024, cuja cópia é parte integrante deste Contrato, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, por meio do Sistema SEI do MPSP, inclusive para recebimento de comunicações/notificações decorrentes da execução do ajuste.

12.2. Segundo o artigo 10 da Resolução n.º 308/2003 – PGJ, de 18 de março de 2003, alterada pela Resolução n.º 1.780/2024 - PGJ, de 30 de janeiro de 2024, o valor da multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos ou será recolhido por intermédio de guia de recolhimento específica.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata este subitem implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 270101 – Gabinete do Procurador Geral de Justiça

II. Fonte de Recursos: 150010001

III. Programa de Trabalho: 03.062.2701.4.5950000

IV. Elemento de Despesa: 339039.44 – Seguro de Veículo

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.3. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1 O presente contrato será publicado no Portal da Transparência do Ministério Público do Estado de São Paulo, terá o seu extrato publicado no D.O.E e será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

18.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, e alterações posteriores, o presente contrato é celebrado após a realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, sob o nº 90.031/2025, homologado por despacho do Senhor Diretor-Geral, nos autos do Processo nº 167/25 - DG/MP.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS TRIBUTOS E DEMAIS ENCARGOS

19.1. Os tributos, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, que sejam devidos em decorrência, direta ou indireta, do presente Contrato, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

19.2. Se, durante o prazo de vigência deste Contrato, forem criados tributos novos ou ocorrerem modificações nas alíquotas atuais, de forma a comprovadamente, majorar ou diminuir o ônus das partes, serão esses revistos, a fim de adequá-los.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS NORMAS REGEDORAS DO CONTRATO

20.1. A presente contratação encontra-se vinculada ao edital do PREGÃO nº /2025 e à Proposta da CONTRATADA, a qual faz parte integrante desta avença, como se aqui estivesse transcrita.

20.2. Aplica-se à presente contratação e aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e,

subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

20.3. Caberá às partes observar, no tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, com o propósito de atender à execução e acompanhamento do objeto contratado, todas as normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie, em especial a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO

21.1. Na forma estabelecida pelo artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões decorrentes da necessidade do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, mediante comunicação do CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA– DO FORO

22.1 Fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo, como único competente para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos do presente Contrato, representado por uma das Varas dos Feitos da Fazenda Pública, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

22.2 E por estarem as partes justas e contratadas, lavrou-se o presente instrumento para que produza os efeitos de direito.

CONTRATANTE

CONTRATADA

ANEXO III

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

| QTDE | Marca | Modelo | Ano de Fabricação/ Modelo | Valor Unitário da Franquia R\$ | Valor Unitário do Prêmio R\$ | Valor Total do Premio R\$ |
|------|-------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|--------------------------------|------------------------------|---------------------------|
| 2 | VW | Modelo Gol 1.6, 5 portas, flex, c/ ar | 2007/2008 | | | |
| 1 | VW | Modelo Kombi Furgão 1.4, Flex | 2009/2010 | | | |
| 2 | FIAT | Modelo Idea Essence 1.6, 5 portas, Flex | 2011/2011 | | | |
| 2 | FIAT | Modelo Doblô Furgão Cargo 1.4 Flex | 2011/2011 | | | |
| 2 | FIAT | Modelo Doblô Furgão Cargo 1.4 Flex | 2011/2012 | | | |
| 1 | FIAT | Modelo Microônibus Ducato Combinato 2.3, 09 lugares, diesel c/ar | 2011/2011 | | | |
| 1 | FORD | Modelo Fiesta Sedan 1.6, 5 portas, Flex | 2011/2011 | | | |
| 1 | GM | Modelo Astra Sedan Advantage 2.0, 5 portas, flex | 2011/2011 | | | |
| 2 | GM | Modelo Corsa Maxx 1.4, 5 portas, flex | 2011/2011 | | | |
| 2 | GM | Modelo Caminhonete S10 Colina D 4x4, 2.8 diesel | 2008/2008 | | | |
| 2 | GM | Modelo Vectra Sedan Elegance 2.0, 5 portas, Flex | 2011/2011 | | | |
| 1 | FORD | Modelo Caminhão carroceria fechada com plataforma elevatória, modelo Cargo 1722 E potência 5.8 CC, Diesel | 2009/2009 | | | |
| 1 | IVECO | Modelo Caminhão Tector carroceria fechada, modelo Attack CC 4815, com plataforma elevatória e baú, diesel | 2017/2018 | | | |
| 1 | IVECO | Modelo Caminhão carroceria fechada, modelo Daily 55C16 CS 2.998 cc, 155 cv, diesel | 2009/2010 | | | |
| 9 | FIAT | Modelo Uno drive 1.0 Flex 5 portas flex c/ ar | 2019/2020 | | | |
| 5 | FIAT | Modelo Cronos Precision 1.8, flex | 2019/2020 | | | |

| | | | | | | |
|----|---------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|--|--|--|
| 5 | RENAULT | Modelo Duster Expression 1.6 Flex | 2019/2020 | | | |
| 10 | PEUGEOT | Modelo Partner 1.6 flex | 2019/2020 | | | |
| 25 | FIAT | Modelo Hatchback, modelo uno evolution 1.4, flex, 5 portas | 2018/2018 | | | |
| 5 | FIAT | Modelo tipo furgão, Fiorino 1.4, flex, 2 portas com ar | 2017/2018 | | | |
| 7 | GM | Modelo Spin LT 1.8, 05 lugares | 2018/2018 | | | |
| 2 | PEUGEOT | Modelo 408 Griffé THP, 16. Flex - automático | 2017/2018 | | | |
| 1 | FIAT | Modelo caminhonete Toro Freedom 2.0 4x4 diesel | 2017/2018 | | | |
| 1 | RENAULT | Modelo Master Executive 16 lugares | 2018/2019 | | | |
| 1 | RENAULT | Modelo Master tipo Furgão | 2018/2019 | | | |
| 14 | FIAT | Tipo Sedan Modelo Línea ESSENCE 1.8 16 V FLEX Procedência Nacional, Potência 130 (G)/132 (E), 05 Portas Cor cinza Scandium, c/ar | 2013/2014 | | | |
| 3 | FIAT | Tipo Sedan Modelo Línea ESSENCE 1.8 16 V FLEX Procedência Nacional, Potência 130 (G)/132 (E), 05 Portas Cor cinza Scandium, c/ar | 2014/2014 | | | |
| 5 | FIAT | Veículo automotor, tipo hatchback, Bicomcombustível, cor cinza, , modelo Fiat Uno Evolution 1.4 | 2016/2016 | | | |
| 8 | FIAT | Veículo automotor, tipo minivan, Bicomcombustível, cor branca, Fiat / Fiorino 1.4 | 2016/2016 | | | |
| 2 | FIAT | Veículo automotor, tipo sedan, Bicomcombustível, cor cinza, Fiat/Línea Essence, | 2015/2016 | | | |
| 9 | FORD | Tipo Hatchback Modelo Ford Fiesta ROCAN 1.6 FLEX Procedência Nacional, Potência 101 (G)/107 (E), 05 Portas Cor Prata, c/ar | 2014/2014 | | | |
| 3 | GM | Tipo Mini Van Modelo Spin LTZ 1.8L FLEX Procedência Nacional Potência Mínima 106 CV 05 Portas Cor Prata Acomoda 07 (sete) passageiros, c/ar | 2014/2015 | | | |
| 2 | GM | Tipo caminhonete Modelo Montana LS 1.4 FLEX | 2015/2016 | | | |
| 1 | RENAULT | Tipo Furgão Pequeno Modelo Renault Kangoo Express 1.6L 16V FLEX Procedência Nacional Potência Mínima 80 CV 04 Portas Cor Branca, c/ar | 2014/2015 | | | |
| 1 | RENAULT | Tipo Furgão Cargo Grande Modelo Master Furgão 2.3L DIESEL Procedência Nacional Zero Quilômetro Potência 130 CV 04 Portas Cor Branca, c/ar | 2014/2015 | | | |
| 3 | VW | Tipo Pick up Modelo Amarok 2.0 Bi Turbo DIESEL Cabine Dupla Procedência Importada, Potência 180 CV, 04 Portas Cor cinza, c/ar 4x4 | 2013/2014 | | | |
| 1 | VW | Veículo automotor, tipo minivan, bicomcombustível, cor cinza, VW/Novo Spacefox CL | 2015/2016 | | | |
| 2 | VW | Veículo automotor, tipo caminhonete, (pick up), cabine dupla, combustível, diesel, cor cinza, VW Amarok CD 4x4 S | 2016/2016 | | | |

| | | | | | | |
|----|------|---------------------------------------------|-----------|--|--|--|
| 1 | FIAT | Ducato-Cargo 2011/2012 diesel c/ ar | 2011/2012 | | | |
| 1 | FORD | FOCUS 2.0L, flex 5 portas c/ ar | 2011/2012 | | | |
| 4 | FIAT | PALIO 1.4 atraktiv 1.4, flex 5 portas c/ ar | 2011/2012 | | | |
| 1 | VW | VOYAGE 1.0, flex 5 portas c/ ar | 2011/2011 | | | |
| 1 | GM | SPIN 1.8, flex 5 portas c/ar | 2013/2013 | | | |
| 5 | VW | Saveiro, flex, c/ ar | 2023/2023 | | | |
| 1 | VW | PARATI, flex 5 portas c/ ar | 2008/2009 | | | |
| 2 | FORD | FOCUS, flex 5 portas c/ar | 2018/2018 | | | |
| 1 | FIAT | LINEA, flex, c/ ar | 2013/2014 | | | |
| 14 | FIAT | ARGO Drive 1.0, 5 portas, flex, com ar | 2023/2024 | | | |

a) Valor total da proposta (somatório do valor do prêmio de cada veículo): R\$ ____.

b) Dados do(s) representante(s) legal(is) ou procurador(es) que firmará(ão) eletronicamente o instrumento contratual, por intermédio do Sistema SEI do MPSP [para tanto, deverá ser observado o disposto no subitem 14.2.2 do item 14 do edital:

Da empresa:

- a) Número do CNPJ;
- b) Razão Social;
- c) Endereço completo;
- d) Telefone(s) comercial; e
- e) E-mail comercial.

Do(s) representantes(s):

- a) N° do CPF;
- b) Nome completo;
- c) E-mail;
- d) Telefone;
- e) Se é sócio administrador.

c) Validade da proposta: 60 dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

d) Dados bancários:

A proponente possui a conta-corrente nº [preencher], na agência nº [preencher] do Banco do Brasil S/A.

ou

A proponente, caso seja declarada vencedora do certame, compromete-se a abrir conta-corrente em uma das agências do Banco do Brasil S/A, logo após a publicação da homologação e adjudicação, informando imediatamente os dados ao Pregoeiro ou à Comissão de Contratação.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

OBS.:

1. Este documento deverá ser apresentado em papel timbrado do licitante. Caso o licitante não possua papel timbrado, deverá fazer sua identificação com, no mínimo, os seguintes dados: razão social, nº do CNPJ, endereço completo, e-mail e nº de telefone.
2. Este documento deverá ser apresentado apenas pela licitante detentora da melhor oferta.
3. A licitante deverá cotar seguro para todos os modelos, considerando a quantidade de cada um.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO, EM ATENDIMENTO À LEI FEDERAL Nº 12.846/2013 E AO DECRETO ESTADUAL N.º 69.588/2025

Eu, _____, portador do CPF nº ____, representante legal do licitante _____ (nome empresarial), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90.031/2025, Processo nº 167/25, DECLARO, sob as penas da Lei, especialmente do artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou

interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;

e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 67.301/2022, tais como:

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV - no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

OBS.: Este documento deverá ser apresentado em papel timbrado do licitante. Caso o licitante não possua papel timbrado, deverá fazer sua identificação com, no mínimo, os seguintes dados: razão social, nº do CNPJ, endereço completo, *e-mail* e nº de telefone

ANEXO V

RESOLUÇÃO Nº 37, DE 28 DE ABRIL DE 2009

Altera as Resoluções CNMP nº 01/2005, nº 07/06 e nº 21/07, considerando o disposto na Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal.

O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no exercício da competência prevista no art. 130-A, §2º, inciso II, da Constituição Federal e com arrimo no artigo 19 do Regimento Interno, à luz dos considerandos mencionados nas Resoluções CNMP nº 01, de 07.11.2005, nº 07, de 17.04.2006, e nº 21, de 19.06.2007, e considerando, ainda, o disposto na Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal, em conformidade com a decisão plenária tomada na sessão realizada no dia 28.04.2009, RESOLVE:

Art. 1º É vedada a nomeação ou designação para cargos em comissão e funções comissionadas, no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros, compreendido o ajuste mediante designações ou cessões recíprocas em qualquer órgão da Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 2º É vedada a nomeação ou designação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de servidor ocupante, no âmbito do mesmo Ministério Público, de cargo de direção, chefia ou assessoramento, para exercício de cargo em comissão ou função comissionada, compreendido o ajuste mediante designações ou cessões recíprocas em qualquer órgão da administração pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 2º-A. Não se aplicam as vedações constantes nos artigos 1º e 2º à nomeação ou à designação de servidor efetivo para ocupar cargo em comissão ou função de confiança, desde que não exista subordinação direta entre o nomeado e o membro do Ministério Público ou servidor determinante da incompatibilidade. (Incluído pela Resolução nº 192, de 9 de julho de 2018)

Art. 2º-B. Não se aplicam as vedações previstas nos arts. 1º e 2º ao cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de membros ou servidores aposentados ou falecidos. (Acrescido pela Resolução nº 241, de 28 de setembro de 2021)

Art. 2º-C. Considera-se recíproca a nomeação ou designação de quaisquer das pessoas referidas nos arts. 1º e 2º, realizada diretamente ou mediante triangulação entre membro do Ministério Público ou servidor ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento, e outro agente político ou autoridade de órgão da Administração Pública, direta ou indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Acrescido pela Resolução nº 241, de 28 de setembro de 2021)

Art. 2º-D. Aplicam-se as vedações previstas nos arts. 1º e 2º aos servidores oriundos de outros órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, que tenham cargo efetivo na instituição de origem e que se encontrem no exercício de alguma atividade submetida à administração do Ministério Público, que tenham parentesco com membro ou servidor ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento. (Acrescido pela Resolução nº 241, de 28 de setembro de 2021)

Art. 2º-E. Admite-se a nomeação de membro aposentado do Ministério Público para ocupar cargo em comissão na administração ministerial, desde que não esteja inserido em nenhuma das vedações previstas nos arts. 1º e 2º. (Acrescido pela Resolução nº 241, de 28 de setembro de 2021)

Art. 2º-F. As vedações previstas nos arts. 1º e 2º, quanto ao impedimento por parentesco superveniente à nomeação ou à designação, aplicam-se aos servidores efetivos do Ministério Público, apenas à nomeação ou designação para servir junto ao membro do Ministério Público determinante da incompatibilidade, vedada nova nomeação para outro cargo em comissão ou função comissionada. (Acrescido pela Resolução nº 241, de 28 de setembro de 2021)

Art. 2º-G. As vedações dos arts. 1º e 2º, no caso de impedimento superveniente, não se aplicam aos servidores sem vínculo com o Ministério Público, no exercício do cargo em comissão ou da função comissionada. (Acrescido pela Resolução nº 241, de 28 de setembro de 2021)

Art. 3º Constituem práticas de nepotismo vedadas no âmbito de todos os órgãos do Ministério Público da União e dos Estados: (Redação dada pela Resolução nº 172, de 4 de julho de 2017)

I – a contratação, em casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica da qual sejam sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou de servidor investido em cargo de direção e de assessoramento; (Incluído pela Resolução nº 172, de 4 de julho de 2017)

II – a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. (Incluído pela Resolução nº 172, de 4 de julho de 2017)

§ 1º A vedação prevista no inciso II deste artigo não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo do Ministério Público diverso daquele ao qual pertence o membro ou servidor gerador da incompatibilidade. (Incluído pela Resolução nº 172, de 4 de julho de 2017)

§ 2º A vedação constante do inciso II deste artigo se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização. (Incluído pela Resolução nº 172, de 4 de julho de 2017)

§ 3º A contratação de empresa pertencente a parente de membro ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo órgão do Ministério Público competente, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. (Incluído pela Resolução nº 172, de 4 de julho de 2017)

Art. 4º É vedada a prestação de serviço por empregados de empresas fornecedoras de mão-de-obra que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou servidores dos órgãos contratantes do Ministério Público da União e dos Estados, observando-se, no que couber, as restrições relativas à reciprocidade entre os Ministérios Públicos ou entre estes e órgãos da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal.

Parágrafo único. Cada órgão do Ministério Público estabelecerá, nos contratos firmados com empresas prestadoras de serviços, cláusula proibitiva da prestação de serviço no seu âmbito, na forma estipulada no caput.

Art. 5º. As vedações previstas nesta Resolução são aplicáveis no âmbito de cada Ministério Público Estadual e do Ministério Público da União, não se aplicando entre Ministérios Públicos de estados distintos e entre Ministério Público Estadual e qualquer ramo do Ministério Público da União. (Redação dada pela Resolução nº 241, de 28 de setembro de 2021)

Art. 6º Os convênios gerais de credenciamento do Programa de Saúde e Assistência Social do Ministério Público da União - PLAN-ASSISTE com pessoas físicas e jurídicas (médicos, dentistas, clínicas, hospitais etc.) não estão sujeitos às restrições desta Resolução. (Redação dada pela Resolução nº 241, de 28 de setembro de 2021)

Art. 7º Os órgãos do Ministério Público da União e dos Estados adotarão as providências administrativas para adequação aos termos desta Resolução no prazo de trinta dias.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília-DF, 28 de abril de 2009.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO RESOLUÇÃO Nº 37, DE 28 DE ABRIL DE 2009.

ANTONIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
(em papel timbrado da licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM ME/EPP

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), CNPJ Nº _____, interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90.031/2025, Processo nº 167/25, DECLARO, sob as penas da Lei, o seu enquadramento na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

OBS.: Este documento deverá ser apresentado em papel timbrado do licitante. Caso o licitante não possua papel timbrado, deverá fazer sua identificação com, no mínimo, os seguintes dados: razão social, nº do CNPJ, endereço completo, e-mail e nº de telefone.

ANEXO VII

RESOLUÇÃO Nº 308/2003 - P.G.J., DE 18 DE MARÇO DE 2003,

ALTERADA PELA RESOLUÇÃO Nº 1.780/2024-PGJ, DE 30 DE JANEIRO DE 2024

Estabelece normas para a aplicação de multas previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações e na Lei Estadual n.º 6.544, de 22 de novembro de 1989, no âmbito do Ministério Público do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

O **Procurador-Geral de Justiça**, no uso de suas atribuições previstas no artigo 19, inciso IX, alínea "a", da Lei Complementar n.º 734, de 26 de novembro de 1993,

Considerando o que estabelece o artigo 115 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações,

Considerando a necessidade de se adaptar a atual norma sobre aplicação de multas no âmbito deste Ministério Público,

Resolve:

Art. 1º. A sanção administrativa de multa prevista na Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, será aplicada, no âmbito do Ministério Público, de acordo com as normas estabelecidas nesta Resolução. (Redação dada pela Resolução nº 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024)

Art. 2º. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Ministério Público, ensejará a aplicação de multa correspondente de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do respectivo ajuste, conforme previsto no edital. (Redação dada pela Resolução nº 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024)

Artigo 3º - O atraso injustificado na execução do serviço, obra ou fornecimento do material, sujeitará o contratado à multa de mora, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, na seguinte conformidade:

I – de 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias; (Redação dada pela Resolução nº 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024)

II – atraso superior a 30 (trinta) dias caracteriza inexecução parcial ou total, conforme o caso, aplicando-se o disposto no artigo 6º. (Redação dada pela Resolução nº 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024)

Artigo 4º - O atraso será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil, de expediente da Instituição, subsequente ao término do prazo estabelecido para a entrega do material ou execução da obra ou do serviço, até o dia anterior à sua efetivação.

Artigo 5º - O material recusado ou serviço executado em desacordo com o estipulado, deverá ser substituído ou refeito no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da comunicação da recusa.

Parágrafo único - A não ocorrência da substituição ou nova execução dos serviços ensejará a aplicação da multa estabelecida no artigo 3º desta Resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo fixado no "caput" deste artigo.

Artigo 6º - Pela inexecução total ou parcial dos serviços, obras ou fornecimento de materiais poderá ser aplicada multa:

I - de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor das mercadorias não entregues ou da obrigação não cumprida. (Redação dada pela Resolução nº 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024)

§ 1º - Na aplicação da multa a que se refere o inciso I deste artigo, levar-se-á em conta o tipo de objeto, o montante de serviço, obras ou materiais eventualmente executados ou entregues e os prejuízos causados à Instituição e a reincidência da contratada.

Artigo 7º - O pedido de prorrogação do prazo para conclusão de obras, serviços ou para entrega de materiais, deverá ser encaminhado à Diretoria Geral e só será apreciado se apresentado antes do vencimento do prazo pactuado, devidamente justificado.

Parágrafo único - A unidade requisitante manifestar-se-á prévia e obrigatoriamente acerca da possibilidade de ser concedida a prorrogação ou da ocorrência de eventuais prejuízos.

Art. 8º. A aplicação de multa prevista nesta Resolução será apurada em processo administrativo, assegurada a defesa prévia, que deverá ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da notificação. (Redação dada pela Resolução nº 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024)

Artigo 9º - Da aplicação da multa caberá recurso administrativo, que poderá ser interposto no Protocolo Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo, nos termos do § 4º do artigo 109 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar de sua notificação.

Artigo 10 - Decorridos 15 (quinze) dias da notificação da decisão definitiva, o valor da multa, aplicada após regular processo administrativo, será- descontado da garantia prestada quando da assinatura do contrato ou instrumento equivalente;

II - desconto de pagamentos eventualmente devidos, quando não houver garantia ou esta for insuficiente; ou

III - recolhido por intermédio de guia de recolhimento específica, pela própria pessoa física ou jurídica multada, preenchendo-se o campo respectivo com o código n.º 500, junto à Nossa Caixa Nosso Banco S/A.

Parágrafo único - Os valores provenientes das multas constituem receitas do Fundo Especial de Despesa do Ministério Público do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 3º da Lei Estadual n.º 10.332, de 21 de junho de 1999.

Artigo 11 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação da decisão definitiva de aplicação da multa e não tendo sido ela quitada, serão adotadas as medidas necessárias visando sua cobrança.

Parágrafo único - A atualização monetária da multa será efetuada, até a data de seu efetivo pagamento, com base no INPC - IBGE.

Art. 12. – A sanção de multa é autônoma e a sua aplicação não exclui a imposição de outras previstas na Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021. (Redação dada pela Resolução n.º 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024.)

Parágrafo único. As multas aplicadas a uma mesma pessoa física ou jurídica, decorrentes de contratos distintos, serão exigidas cumulativamente. (Incluído pela Resolução n.º 1.780/2024-PGJ, de 30 de janeiro de 2024.)

Artigo 13 - A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, todos os instrumentos convocatórios de licitação, contratos ou equivalentes.

Artigo 14 - As disposições constantes desta Resolução aplicam-se, também, às contratações decorrentes de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 15 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Ato Normativo n.º 229/2000 - PGJ, de 03.03.2000.

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO PARA FINS DE ATENDIMENTO AO ARTIGO 4º, § 2º, DA LEI N.º14.133/2021

Eu, ... (nome completo), CPF n.º ..., representante legal da empresa ... (nome da licitante), CNPJ n.º ..., DECLARO, sob as penas da lei, para fins de atendimento ao art. 4º, §2º, da Lei no 14.133/2021, que referida empresa, no ano-calendário de realização do Pregão Eletrônico n.º 90.031/2025, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte".

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

OBS.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante. Caso a licitante não possua papel timbrado, deverá fazer sua identificação com, no mínimo, razão social, nº do CNPJ, endereço, e-mail e telefone.

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO (em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação) , CNPJ nº _____, interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90.031/2025, Processo nº 167/25 – DG/MP, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

1. encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Previdência, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
2. declara a inexistência de superveniência de fato impeditivo à participação em licitações, promovidas por Órgãos ou Entidades Públicas, e do artigo 10 da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.
3. não se enquadra em nenhuma das hipóteses de vedações previstas na Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, em especial nos artigos 3º e 4º e alterações posteriores, alterada pela Resolução nº 241, de 28 de setembro de 2021, do CNMP.
4. atende aos requisitos de habilitação, sendo que o declarante responde pela veracidade das informações prestadas (inc. I, art. 63, da Lei nº 14.133/2021).
5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (inc. IV, art. 63, da Lei nº 14.133/2021).
6. suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021).
7. observa as normas relativas à saúde e segurança no Trabalho, para os fins estabelecidos pelo parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo.
8. sem prejuízo das sanções e multas previstas na legislação aplicável ao caso, não se enquadra em nenhuma das hipóteses de vedação de contratar com a Administração Pública, previstas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.
9. atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



Documento assinado eletronicamente por **DENIS FABIO MARSOLA**, **Diretor-Geral**, em 14/07/2025, às 14:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei Federal 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [neste site](#), informando o código verificador **15583766** e o código CRC **67115C03**.

29.0001.0038315.2025-84

15583766v20

Criado por [francinesouza](#), versão 20 por [francinesouza](#) em 11/07/2025 10:59:47.